

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS - GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ - HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

**UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROPOSTA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Vágnar Gonçalves da Silva

Orientador: Dr. Paulo Jobim

Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de concentração: Arqueologia

Goiânia-GO
2007

VÁGNAR GONÇALVES DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROPOSTA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em
Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade
Católica de Goiás como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientador: Dr. Paulo Jobim

Goiânia-GO
2007

VÁGNAR GONÇALVES DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROPOSTA DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO-2007

Professor Doutor Paulo Jobim

Professor(a) Doutor(a) Solange Bezerra Caladelli

Dissertação defendida e aprovada em: 27/04/2007

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Paulo Jobim, meu especial agradecimento, pelo comprometimento, pela acolhida, pela indiscutível contribuição intelectual, pela orientação segura e competente, pela ética profissional e, principalmente, pela confiança depositada.

À Universidade Estadual de Goiás/Anápolis - em especial à Professora Mestra Eliane Gonçalves Costa Anderi - Coordenadora Pedagógica da Unidade CSEH/Anápolis - pela colhida e hospitalidade.

Ao Professor Doutor Emílio Fogaça, pelas sugestões precisas e imprescindíveis apresentadas por ocasião do exame de qualificação e que muito enriqueceram este trabalho.

Ao Professor Doutor Manuel Ferreira Lima Filho, pelo apoio frequentemente dedicados.

À Prof^a Doutora Márcia Bezerra, por incitar meu primeiro olhar em direção à Educação Patrimonial, por ocasião da disciplina por ela ministrada.

À Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia pela concessão da bolsa de Mestrado e pelo apoio para a realização desta pesquisa

Aos meus familiares, pelo amor, confiança, incentivo e apoio nos momentos mais delicados.

Aos amigos Márcio de Leite de Bessa e Maria Aparecida Rodrigues, pelo estímulo para fazer o mestrado, pelo auxílio e apoio frequentemente dedicados.

RESUMO

O Brasil apresenta uma enorme diversidade cultural. É um país multicultural, necessitando preservar, resgatar e valorizar toda essa diversidade. Para que isso aconteça é preciso desenvolver a sensibilidade e a consciência de todas as pessoas, sendo que esse trabalho deve ser iniciado desde a mais tenra idade, ou seja, um trabalho que deve ser desenvolvido já na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Mas como os professores que atuam nessa área são preparados para trabalharem com esse tema? Foi com esse objetivo que desenvolvemos essa pesquisa, analisando a Matriz Curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, aplicando questionários no corpo discente e docente para termos uma idéia de como esse assunto é tratado pelas pessoas que são, e serão responsáveis pela educação de nossas crianças.

Palavras chave: Educação Patrimonial; currículo; formação de professores; multiculturalismo;

ABSTRACT

Brasil presents a big diversity of cultural mixes. It's a multicultural country, and it needs to preserve, bring back and increase the value of this diversity. But for what it happens it needs develop the sensibility and the conscience of all people and this sense has to be started since the childhoods or better, this sense has to be developed on children education. But the masters (teachers) which work with this sense are prepared to work with this point (thema)? With this objective that we developed this search, studying "Matriz curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás" using questions to pupils and masters (teachers) for we get an idea of how this point is debated by people that are and will be reponsibles by education of our children.

Keywords: heritage education; curriculum; formation of teachers; multiculturalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA POSSIBILIDADE E PERSPECTIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR	11
1.1. Educação Patrimonial: O caminho para a formação das futuras gerações	11
1.2. Multiculturalismo: Possível Caminho	14
1.3.-Um olhar para a cultura: a salvaguarda do Patrimônio Cultural.....	21
2. A UNIVERSIDADE DE GOIÁS E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM QUESTÃO	34
2.1 Históricoco do Município.....	34
2.2 Caracterização Sócio – Histórica do Município	35
2.3 A Trajetória Histórica da Universidade Estadual de Goiás.....	40
2.4 Organização Curricular do Curso de Pedagogia.....	43
3. TEORIA, MÉTODO, TÉCNICA E ANÁLISE DAS RESPOSTAS.....	52
3.1. Metodologia de Pesquisa	52
4. PROPOSTA DA INCLUSÃO DO TEMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	92
4.1. Discutindo a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura de Pedagogia na Perspectiva da Preservação Cultural.....	92

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
7. ANEXOS.....	115
7.1 Anexos 01	
7.2 Anexos 02	
7.3 Anexos 03	
7.4 Anexos 04	

INTRODUÇÃO

Por um longo tempo, o olhar sobre questões culturais girou em torno dos patrimônios tangíveis. Somente a partir da Constituição Federal/88 e regulamentado recentemente é que esse conceito moderno do patrimônio cultural foi incluindo o patrimônio intangível, que resgata uma dívida histórica com os bens imateriais.

É, sintomático que a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil tem percorrido um caminho crescentemente integrador das iniciativas públicas e particulares, diante de um progressivo movimento de educação e de conscientização das comunidades.

As rápidas mudanças que estão ocorrendo na maioria das sociedades e, conseqüentemente, na sociedade educacional brasileira, representam um grande desafio sob várias perspectivas que vão das inovações educacionais às inovações tecnológicas, exigindo um profissional cada vez mais competente e que está sendo um dos desafios do século XXI saber trabalhar com a diversidade, principalmente dentro da sala de aula.

Diante disso, as ações educativas precisam ser redimensionadas para formar e capacitar os alunos em função dessas inovações que foram surgindo, exigindo um novo tipo de profissional que saiba trabalhar com o multiculturalismo com enfoques abrangentes dentro da cultura e que possam compreender a sua realidade e participar das relações sociais, políticas e culturais cada vez mais amplas e diversificadas.

Acreditamos que esse tema seja importante que a educação patrimonial deva ser tratada desde as séries iniciais da formação do indivíduo, pois só com a conscientização de sua importância é que o patrimônio poderá ser preservado e usufruído por toda a população.

Mas isso é realmente feito? Mais ainda, como os professores responsáveis pela educação infantil são formados a respeito desse tema?

Para tentar responder a essas questões foi selecionada uma Universidade pública que formasse profissionais em educação, professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo que a escolhida foi a Universidade Estadual

de Goiás, que tem grande relevância não só para o município de Anápolis, onde está sediada o campus escolhido, mas para todo o Estado de Goiás.

Nessa Universidade pesquisamos não só o currículo do curso e Pedagogia, como as Ementas de Disciplinas que teriam alguma ligação com o tema de nossa pesquisa, mas também elaboramos questionários que foram aplicados nos alunos e professores do curso, para termos uma idéia de como a Educação Patrimonial é entendida e ensinada por eles.

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos a Educação Patrimonial numa possibilidade e perspectiva na formação dos professores, enfocando que é através da Educação Patrimonial que as futuras gerações terão conhecimento do valor de preservar, resgatar e conservar o Patrimônio Cultural, sendo, portanto, o professor o agente desse processo, ou seja, o caminho deve ser inicialmente trilhado por ele.

Foi enfocada a questão do multiculturalismo, um caminho possível de ser trilhado pelo nosso município, a partir do momento em que o olhar para a cultura foi supostamente inserido na formação acadêmica e fará com que o município tende a ganhar, tendo, portanto, os futuros gestores da Cultura.

A escola precisa atuar um cenário que coloca novos desafios para nós educadores, necessitamos de uma educação para a diversidade, de uma ética da diversidade e de uma cultura para a diversidade, pois somos um país multicultural. Uma sociedade multicultural deve educar o ser humano multicultural, capaz de ouvir, de prestar atenção no diferente, de respeitá-lo.

O segundo capítulo é iniciado com breve histórico de Anápolis, importante município do Estado de Goiás onde está localizada a Universidade escolhida como alvo de nossa pesquisa. Contemplamos, ainda nesse capítulo a Universidade Estadual de Goiás - Unidade Anápolis sendo abordado seu papel, seu histórico e sua importância para o município, bem como sua missão, seus objetivos, e organização curricular do curso em pauta, analisando as matrizes curriculares. Foi investigada duas turmas com matrizes curriculares diferenciadas, sendo, portanto uma turma amparada na Lei nº 5692/71 e a outra amparada na Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9394/96.

No terceiro capítulo, delimitou-se o campo de pesquisa, delineamento metodológico incluindo as fontes documentais e os questionários, definindo a seleção dos sujeitos da pesquisa. Foram abordados também os objetivos iniciais do projeto e os questionamentos da pesquisa onde gerou esta investigação.

A aplicação dos questionários foi para um grupo de vinte e um sujeitos, alunos do curso de Pedagogia, Professor e Coordenador Pedagógico. Após esse procedimento passou para a fase de análise e discussão dos dados. Esta etapa da investigação para nosso entendimento foi muito importante, veio culminar com o problema proposto, constatando que a problematização da pesquisa tinha fundamentos.

No quarto capítulo foi contemplada a proposta da inclusão do Tema: Patrimônio Cultural no currículo. Discutiu-se a importância da Educação Patrimonial para a preservação do patrimônio, como também a necessidade de esclarecer para a equipe técnica, professores e alunos deste conteúdo, com enfoques ao Patrimônio Cultural.

Foram sugeridas várias etapas para que a Universidade possa refletir se irá incluir o tema Educação Patrimonial nos conteúdos das Disciplinas já amparadas pela legislação em vigor, ou mesmo como incentivo para realização de trabalhos acadêmicos de final do curso.

Finalmente, foram apresentadas as considerações finais, onde se abordou de uma maneira sintetizada as sugestões e propostas da inclusão do tema: Educação Patrimonial numa perspectiva da preservação cultural.

1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA POSSIBILIDADE E PERSPECTIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

1.1. Educação Patrimonial: O caminho para a formação das futuras gerações

Partindo da compreensão de que a educação patrimonial acena como um campo recente de pesquisa daqueles que se preocupam em dimensionar a formação do educador na conjuntura desse século, iremos tentar contribuir sobre a emergência de novas forças e de novos sujeitos que carregam os traços, o desenho da sociedade que queremos: fraterna, da igualdade na diferença, justa e democrática.

Não estamos querendo, com essa abordagem, colocar que nos cursos de formação para professores não se tem uma visão abrangente e lúcida das complexas relações entre escola e sociedade, entre escola e cultura, bem como da necessidade de um claro compromisso com democracia e justiça social.

Nosso objetivo é sugerir uma inovação na formação dos professores, para enfrentar profundos avanços e conquistas, bem como agudas e crescentes desigualdades.

O objetivo inicial dessa investigação está relacionado aos profissionais que trabalham em educação (sejam aqueles que lotados nas secretarias municipais e estaduais, sejam aqueles que lecionam nos cursos de pedagogia), ao fato de grande parte deles não conseguirem relacionar, satisfatoriamente, educação com cultura. Questionamos então, que a formação dos profissionais que irão e/ ou atuam na educação não foi suficiente no que se refere ao assunto “educação patrimonial”, assunto este que consideramos de fundamental importância, e que deveria ser tratado já na mais tenra idade, abarcando os alunos da Educação Infantil.

No momento atual, onde demandam um professor politicamente comprometido, um professor empenhado no aperfeiçoamento de sua prática, um profissional capaz de bem exercer a crítica do existente, função de todo e qualquer intelectual. Faz-se necessário

envolver e dar maior realce à esfera da cultura, pouco visível nas recentes discussões sobre formação de professores.

Nesse contexto, e partindo-se da compreensão de que a educação patrimonial é um meio privilegiado para a construção simbólica de identidades, na formação dos professores que são sujeitos educadores - eminentemente envolvidos (porque socialmente responsáveis, pela formação de sujeitos coletivos cuja construção histórica perpassa processos educativos construídos por mediações pedagógicas que permitem a estes indivíduos acessar / produzir a cultura e as experiências culturais acumuladas pela humanidade). Concluímos que, hoje, mais do que necessária ela é primordial porque é um componente essencial nesse processo formador de sujeitos cidadãos capazes de superar a perversidade das relações sociais excludentes.

Entretanto a Educação Patrimonial é um tema ausente ou pouco comum na atual agenda do Ensino Básico e do Ensino Médio Brasileiro, é resultado de uma conjuntura que impõe dificuldades ao que, em última instância, chamamos de cultura brasileira, incluindo a preservação de prédios e espaços históricos, objetos diversos, paisagens naturais e outros elementos intangíveis. Não se trata apenas de legislação específica e verbas (ou da ausência!), mas da consciência histórica que permite valorizar / preservar a cultura nacional.

Desenvolver as habilidades para o conhecimento da preservação do patrimônio cultural e de uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade será um dos grandes desafios para os professores. Por isso, é necessário educar para aguçar nosso conhecimento sobre a diversidade cultural, educar para o positivo, educar para construção de uma pedagogia multicultural e criativa em que não se reproduzam padrões, estereótipos, exclusões.

Um grande desafio para as organizações educacionais, em especial para curso de Pedagogia que tem como objetivo geral a formação dos profissionais que irão atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e como o curso de Pedagogia é ministrado por uma Instituição pública, o número de acadêmicos que serão beneficiados será grande.

A riqueza cultural e étnica do nosso país ou não é levada em consideração no cotidiano das nossas escolas ou é mal trabalhada, tendendo ao estereótipo e à disseminação de preconceitos.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a

sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas.

Essa diversidade etnocultural freqüentemente é alvo de preconceito e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social.

De acordo com Horta et al (1999, p.08), “O Brasil é um país pluricultural e deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território”, sendo que estas diversidades culturais contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro.

Nesse sentido, a identidade incorpora-se ao processo de formação do indivíduo, permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele.

De acordo com Bocalto (1999, p.5), “A valorização do patrimônio cultural depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa identidade”.

E quando se fala em identidade, consideremos que, o processo de valorização e preservação possibilita a demonstração do orgulho que possuímos de nossa própria cultura, uma vez que permite ao indivíduo a construção de sua identidade. Para essa valorização é necessário desenvolver um trabalho de conhecimento e conscientização, é preciso apropriar-se dos bens e dos valores inerentes ao Patrimônio em si.

A identidade cultural de um povo é o alicerce para o sentimento nacional, para a consciência da classe, para o fortalecimento étnico, etc. Reforçamos que quando falamos de Patrimônio falamos em memória, que significa lembrar dos elementos que a constituem como monumentos, etc, porém, a memória de um determinado povo ou lugar vem sendo por muitos anos esquecida e desrespeitada. E é nesse contexto de descaso que a Educação Patrimonial encontra seu campo de atuação, considerando que o processo de valorização e preservação possibilita a demonstração do orgulho que possuímos de nossa própria cultura.

Em uma sociedade democrática deve-se respeitar e aceitar a diversidade étnica, lingüística, cultural, social e de gênero. Trabalhar com a diversidade não significa, no entanto, atender a aspectos específicos de uma cultura sem tentar ampliar os conhecimentos de seus membros. Um currículo multicultural aceita a pluralidade cultural, respeita as diferenças, porém avança buscando a unidade na diversidade. Sendo assim, um currículo multicultural não pretende apagar os modos de ser, viver, falar de seus alunos,

porém, a partir das características próprias dos diferentes grupos, busca levá-los a conhecer e vivenciar o que é considerado patrimônio cultural comum da humanidade.

Vive-se num mundo de indefinições às constantes mudanças para a manutenção do sistema político-econômico. Nesse contexto urge resgatar, em especial junto aos jovens, os valores morais, éticos e culturais que se diluíram no decorrer do processo histórico.

Nada mais adequado para caracterizar o Brasil do que a diversidade cultural. Pode-se afirmar que de qualquer perspectiva que se olhe - geográfica, histórica, étnica, lingüística - a diversidade cultural é a marca dos brasileiros. A complexidade de tal constituição étnica representa um desafio para a análise formal nos currículos escolares.

A análise desse contexto envolve tanto a responsabilidade do poder público na tarefa de cultivar / manter a identidade nacional quanto dos educadores no sentido de cultivar os valores de cultura / alteridade valorizando os grupos sociais de que os alunos são oriundos, incluindo-os, concomitantemente, no cenário da composição étnica nacional.

Quando falamos nos valores culturais não poderíamos deixar de falar a respeito das cidades. As cidades não são estanques ou passivas, mas vivem através da ação desencadeada pelos seus habitantes, isto é, a extensão e a dinâmica urbana são proporcionais aos acontecimentos que nascem das relações humanas. Além disso, as cidades são constituídas de redes simbólicas relacionadas e discursos diversos, ou seja: na sua constituição, não se contam apenas os seus aspectos físicos, mas, sobretudo as representações simbólicas que seus habitantes constroem sobre elas.

As cidades são representadas por seus monumentos, tradições, cultos, religiosidade, ou seja, pelo seu patrimônio histórico, que se expressa pelos bens móveis e imóveis, definindo a identidade individual e coletiva.

Diante do exposto acreditamos que a educação e a cultura devem caminhar juntas cabendo à escola organizar os saberes entrecruzando-os com o cabedal cultural dos alunos e essa oportunidade só será dada aos alunos se os professores forem capacitados para esse fim.

1.2-Multiculturalismo: Possível Caminho

“Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além, disso, as migrações

colocam em contato grupos diferenciados. Sabemos que as regiões brasileiras têm características culturais bastantes diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural” (BRASIL, 1997c, p.32).

Nas democracias pluralistas, assistimos a um movimento generalizado de incremento das identidades particulares. Minorias, populações autóctones, grupos de migrantes e de imigrantes manifestam seu desejo de reconhecimento cultural. Temos assistido, com intensidade crescente, a debates em torno da necessidade de reconhecimento das múltiplas etnias, culturas, preferências sexuais, linguagens e outros determinantes presentes nas sociedades contemporâneas.

Acontecimentos de ordem mundial têm evidenciado tensões entre movimentos de globalização e aqueles de afirmação de valores étnicos, religiosos e culturais marginalizados do poder. Várias conferências mundiais têm mostrado a dura face das políticas neoliberais que concentram poderes econômicos e culturais e provocam a exclusão cada vez maior de segmentos culturais plurais das populações do globo.

Em todas as épocas, sociedades pluriculturais coexistiram e, hoje, menos de 10% dos países do planeta podem ser considerados como culturalmente homogêneos. Por outro lado, o tratamento político da diversidade cultural é um fenômeno relativamente recente.

Portanto, é preciso com certa urgência que nos cursos de formação para professores sejam trabalhadas essas diferenças culturais e individuais, pois pressupõe que futuro próximo irão trabalhar nos diferentes níveis da educação básica. Nosso posicionamento em discutir a importância da preservação do patrimônio cultural na visão de memória coletiva, na diversidade cultural é notório que devemos preparar esse profissional para ampliar seu conhecimento quanto a preservar esse patrimônio independente da diversidade cultural.

Nesse sentido, esse posicionamento é primordial, pois, na prática, devemos agir pedagógica e politicamente na preservação da memória coletiva das sociedades, assumindo nossas responsabilidades, individual e coletiva, ampliando as possibilidades de exercício da cidadania, nesse contexto multicultural a igualdade de direitos vai pressupor a aceitação e reconhecimento das diferenças individuais e culturais.

Há menos de trinta anos, as primeiras medidas políticas de inspiração multiculturalista foram colocadas em ação na América do Norte. Lá, a indiferença frente à cor da pele foi substituída pelo princípio de consciência da cor. O debate sobre multiculturalismo foi crescendo de intensidade e, a partir dos anos 90, difundiu-se na Europa e América do Sul.

Vivenciamos, neste século, que a radicalização de grupos étnicos e culturais marginalizados economicamente tem desembocado em conflitos armados de proporções gigantescas. Os recentes atentados terroristas no Oriente Médio e nos Estados Unidos ilustram tais conflitos que, por sua vez, resultaram em ondas de anti-islamismo evidenciadas no mundo inteiro.

Entretanto, em meio a essas tensões, ganha força o multiculturalismo - movimento teórico e político que busca respostas para os desafios da pluralidade cultural nos campos do saber, incluindo não só a educação, como também outras áreas que podem contribuir para o sucesso organizacional. A questão do múltiplo, do plural, do diverso, bem como das discriminações e preconceitos a ela associados, passam a exigir respostas, no caso da educação, que preparem futuras gerações para lidar com sociedades cada vez mais plurais e desiguais.

O multiculturalismo implica reivindicações e conquistas das chamadas minorias¹. A doutrina multiculturalista avança essencialmente a idéia de que as culturas minoritárias são discriminadas e devem merecer reconhecimento público. Para se realizarem ou consolidarem, singularidades culturais devem ser amparadas e protegidas pela lei. É o direito que vai permitir colocar em movimento as condições de uma sociedade multicultural.

No entanto, para que a educação prepare suas futuras gerações que no nosso enfoque principal envolve a formação de professores para atuarem desde a tenra idade que é a educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental, é necessário preparar seus professores para buscar respostas plurais para incorporar a diversidade cultural e o desafio

¹ Minorias (negros, índios, mulheres, homossexuais, entre outros)

a preconceitos, nos diversos campos da vida social, procurando pensar caminhos que possam construir uma ciência mais aberta a vozes de grupos culturais e étnicos plurais. É necessário (des) construir imagens estereotipadas, daqueles grupos portadores de culturas, religiões e linguagens diferentes das dominantes. De acordo com Canen (2002, p.179)

No Brasil, com a abertura democrática durante a década de 1980 e o fortalecimento de movimentos sociais e ONGs, sensibilidades com relação a outros fatores além de classes sociais passam a exercer influência no pensamento curricular. Movimento negro, feminista, indígena e outros trazem à tona desigualdades educacionais que atingem identidades de gênero, étnicas, raciais e culturais diversas. Ainda que o determinante de classes sociais permaneça na análise curricular, a necessidade de se compreender o currículo como uma visão de mundo branca, masculina, heterossexual e eurocêntrica passa a ser central em estudos curriculares, que buscam pensar em currículos, que buscam pensar em currículos alternativos, multiculturais.

Observamos que essas preocupações vão sendo incorporadas na produção do conhecimento em educação, a questão multicultural tem uma configuração própria, pois nosso país é um país construído com uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante através de toda sua história, uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos indígenas e afro-descendentes.

Nomear as diferenças e considerar a diversidade cultural dos alunos que se encontram hoje nas salas de aula requer um professor culturalmente orientado, como propõe Canen (1997), multiculturalmente competente, capaz de fundamentar sua prática em subsídios que recolha das experiências e dos saberes dos distintos grupos. Sendo que para isso, contudo, precisa ter consciência dessa diversidade e que usualmente não está presente nos cursos de formação docente, impedindo o discernimento da diversidade cultural. Outro fator também são as diretrizes nacionais da formação inicial de professores que refletem a crença em uma igualdade natural entre as pessoas, não alcançada ainda porque as oportunidades sociais e, especialmente, as oportunidades educacionais não são as mesmas para todos os sujeitos, é essencial trabalhar com as diferentes culturas, delas eliminando-se os conflitos e as relações de poder. É através da formação dos professores que essa ação poderá ser transformadora, e pode ser bem desenvolvida por professores

multiculturalmente orientados para desestabilizar a construção discursiva da diferença e da identidade.

Nas políticas educacionais, observamos as manifestações em esforços como a inclusão de Pluralidade Cultural como um tema transversal, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma proposta educacional que emana do Ministério de Educação Nacional, publicados em 1997, que introduziu a temática no currículo escolar:

“É sabido, apresentada heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do País consigo mesmo. É comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais quanto em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. Historicamente, registra-se dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/ étnica. O país evitou por muito tempo sendo marcado por” mitos” que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou em outra hipótese, promotor de uma suposta” democracia racial”. (BRASIL-PCNs, 1997, p.22)

No plano internacional, somos conscientes de que o atual contexto, marcado por uma globalização excludente, por políticas neoliberais e por uma emergente doutrina de segurança global, está reforçando fenômenos socioculturais de verdadeiro apartheid, que assumem diferentes formas e manifestações.

A ONU tem proporcionado várias Conferências que tratam desse assunto. Um exemplo é a realizada em Durban (África do Sul) no ano de 2001 com o tema “Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância”. Outra foi a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, no ano 2001, que aprovou, por aclamação, uma Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Segundo o Diretor Geral, Koichiro Matsuura, esperava-se que essa declaração chegasse ” um dia a adquirir tanta força quanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

O multiculturalismo deve ser compreendido como um movimento de caráter contínuo, processual. Deveria imbutir o currículo desde a educação infantil, acompanhado medidas de garantia de equidade de acesso e de uma educação de qualidade a todos.

No entanto, é preciso ter cuidado, pois, segundo Canen (2002) “o multiculturalismo precisa ser analisado sobre os diversos sentidos, de forma que práticas curriculares que se pretendam multiculturais não acabem por perpetuar a construção das

diferenças e dos preconceitos que tanto desejam combater”, ou seja, aponta alguns sentidos e perigos do multiculturalismo em educação.

Conforme relatado anteriormente, o Brasil é multicultural e, como espaço privilegiado que é a escola brasileira tem a grande tarefa de propiciar às gerações em formação condições de se tornarem capazes de adquirir e analisar criticamente o legado dos diferentes grupos componentes da sociedade e de compreender quais são as diferentes concepções de mundo que orientam cada um deles o que ajudará na preservação dessas distintas manifestações culturais. Mas isto só é possível se esta escola de que estamos falando admitir o direito e a existência da diversidade cultural como fator agregador de qualidade, uma vez que a diferença entre as partes enriquece o todo, que é a cultura nacional.

Estamos tão acostumados a estudar a cultura do grupo dominante que silenciemos ou negamos a presença de outras igualmente ricas e merecedoras de atenção, e que dizem respeito àquelas pessoas que devem ser aceitas em sua diversidade étnico - racial, etc.

No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais, reforçam que;

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo de suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com meio e com os outros grupos, na produção do conhecimento, etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos, em cada grupo social. (PCNs/1997,p.20)

Já, a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (UNESCO, 2004). afirma que os direitos culturais são partes dos direitos humanos e que cultura:

É o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de viver juntos, as tradições e as crenças, sendo a diversidade cultural uma das condições para a paz e a segurança internacionais.

Essa diversidade é, para o gênero humano, tão necessário como a diversidade biológica para a natureza. Entretanto, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida, consolidada e preservada em benefício das gerações presentes e futuras.

De acordo com a Declaração Universal (UNESCO, 2004),

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e de superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão - tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural-traço bem característico de país colonizado - quanto a discriminação são entraves da cidadania para todos; portanto, para a própria nação.

Pelo exposto, ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance, a mesma forma como não pode ir contra o que dispõe a Constituição Federal nos artigos 215 e 216².

Outros desafios têm sido implementados com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, especialmente nos artigos 26-A e 79-B, e às disposições do artigo 2º, parágrafos 1º e 2º da Resolução CNE / CP / 1 / 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Lei nº 10.639/03, que alterou a LDB instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar dos ensinos Fundamental e Médio.

² Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração das comunidades, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

[...]

Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira; reconhece as disparidades entre brancos e negros e a necessidade de intervir de forma positiva aos importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

O Brasil, país multiétnico e pluricultural, precisa de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si mesmos e aos grupos étnicos - raciais a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhe são adversos. E esses, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino e diferentes níveis.

Para conduzir suas ações, os sistemas de ensino, os estabelecimentos e os professores terão que se desdobrar para a mudança da mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, como também das instituições e de suas tradições culturais.

Sabemos que, para que a escola consiga amenizar o fracasso escolar ela precisa sensibilizar educadores, alunos e comunidade que tratamento igual não significa tratamento uniformizante, que desrespeita, padroniza e apaga as diferenças. O que se propõe é uma igualdade que se constitua num diálogo entre os diferentes, capaz de explorar a riqueza que vem da pluralidade de tradições e de culturas. Devemos trabalhar a diversidade cultural para conseguir o êxito escolar, pois enquanto a diversidade for um obstáculo, não haverá respeito às diferenças, mas a produção e reprodução das desigualdades.

1.3-Um olhar para a cultura: a salvaguarda do Patrimônio Cultural

Ao olhar para a expressão patrimônio cultural, primeiramente cabe-nos questionar?"O que é cultura? O que é patrimônio?" conceitos cujo desenvolvimento é de extrema utilidade para a compreensão da enorme diversidade a ser preservada.

A origem da palavra Patrimônio vem de *pater*, que significa pai. Patrimônio é o que o pai deixa para o filho, ou seja, o que uma geração deixa para outra.

Segundo Abreu (2003, p.30),

A noção de patrimônio traduz em seu bojo a idéia de propriedade. Etimologicamente, traduz a concepção de herança paterna. No

sentido jurídico, referem-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica..

O patrimônio é uma bela e antiga palavra que estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço.

O patrimônio designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes. O patrimônio Público é aquele que pertence ao Estado, ou seja, pertence à União, que tem guarda desses bens, que são públicos e pertencem a toda população do país.

Se esse patrimônio, que é de todos, deve ser preservado, é preciso estabelecer seus limites físicos e conceituais, as regras e as leis para que isto aconteça. Segundo Fonseca (1997, p.72-79):” foi a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico(do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação(...).A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos”.

Para Cecília Rodrigues dos Santos, a abrangência conceitual da abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a própria definição antropológica da cultura, como tudo o que caracteriza uma população humana ou como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social. Todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma sobre as outras sociedades, sobre o meio material em que vive, sobre a própria existência, inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através das idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas.

Para Freire (1970, p. 43), em uma importante obra intitulada Extensão ou Comunicação, deixa claro que o mundo é um mundo de cultura, construído a partir da ação humana e que toda educação deve ser um encontro de diálogo entre os homens (e mulheres), “que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, humanizam-no para a humanização de todos”.

Nesse sentido, o homem construiu, através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando. A cultura é,

propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial, sendo que, se o patrimônio é um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituída pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam seu passado, entende-se então, que cultura e patrimônio cultural estão intrinsecamente relacionados.

Para Varine-Bohan (1974, p.12), o patrimônio cultural se apresenta como um dos aspectos gerais do patrimônio global da humanidade. Para ele, o patrimônio se compõe, basicamente, do meio ambiente do homem, do conjunto de conhecimentos acumulados e do conjunto de bens culturais, que seria tudo aquilo que o homem produziu com intuito de suprir as necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.

Ele nos fez encarar a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente, (natural quando é a própria natureza que proporcionou e cultural quando houve a transformação feita pelos homens), sugere que o Patrimônio Cultural seja dividido em três categorias de elementos: o 1º os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente (rios, a água, os peixes, as sua cachoeiras e corredeiras transformáveis em força motriz movendo todas as moendas, gerando energia elétrica), árvores, frutos e madeira, a terra ar; o 2º grupo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural e segundo o Varine-Bohan (1974, p.13) ”compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente”, isto é, vai desde a perícia no rastejamento de uma caça até às mais altas elucubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração. O 3º grupo de elementos são os chamados bens culturais, que englobam toda sorte das coisas, objetos, artefatos³ e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Já para Lemos, (1995, p.29):

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano.

³ É importante lembrar, como escreveu Lemos (1985, p.10), “a palavra artefato tem vários significados, designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta dessa igreja.”

Artefato ou artefacto (sm).Qualquer objeto produzido industrialmente,a arte com arte, produzida pelo homem.

O autor reforça que, a conservação do patrimônio e sua definição ainda estão longe de serem esclarecidas, havendo uma ignorância quanto à diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes, desvalorizando - se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais.

Salienta também, que não podemos deixar de lado o aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade, sendo que o cuidado com tais bens, às vezes, está mais voltado a uma exploração econômica⁴. Devem-se preservar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, tais como as construções históricas, a paisagem, os móveis, as gravuras, as fotos, os documentos escritos, os mapas, os livros, os objetos, as músicas, os usos e costumes, etc.

Pelas citações, a palavra patrimônio da idéia dá grande complexidade cultural. O Patrimônio Cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida, atualmente estão incluídos nas obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os rios, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e as bibliotecas.

As primeiras iniciativas referentes à permanência e a conservação do patrimônio remontam ao século XVIII. Por meio de um alvará (editado em 1721) o rei Dom João V determinou a realização de um inventário, a fim de identificar o patrimônio edificado existente em Portugal, evitando assim sua desfiguração ou destruição.

Por sua vez, a Inglaterra encontrava-se às voltas com uma discussão conceitual sobre os procedimentos técnicos a serem adotados na restauração de imóveis históricos. O marco da preocupação francesa com os monumentos históricos pode ser situado em 1837, quando os remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos passaram a ser estudados pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos (CHOAY, 2001).

A idéia estruturada da comissão dos monumentos foi exportada para os países que adotaram o modelo do patrimônio francês, embora o tenham adaptado às suas próprias realidades históricas.

⁴ -De acordo com Arruda, (1996, p.138),exploração econômica, na qual a preservação atende à indústria do comércio e do turismo,isto é os bens patrimoniais correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, que aumenta as arrecadações sob forma de impostos e amplia as rendas locais.

No Brasil, a preocupação preservadora por parte dos governantes é nova, sendo que não poderíamos deixar de relatar o pioneirismo do Conde de Galveias, nos meados do século XVIII, quando ele escreveu ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta lastimando o fato de ter transformado o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, em quartel de tropas locais. Para ele seria imprescindível a manutenção da integridade daquela obra holandesa, que simbolizava o troféu de guerra a orgulhar o nosso povo, e que, as adaptações propostas estariam arruinando uma memória.

Após longo tempo observou-se o silêncio das autoridades brasileiras perante a lenta destruição de um patrimônio português. Acredita-se que era para esquecer o que passamos no período da dominação colonial ou mesmo depois de 1822 que lembra as provas de opressão banida.

Com o tempo somente um ou outro governante preocupava-se com a proteção de bens culturais arquitetônicos, como também algum colecionador ou intelectual que se manifestava quanto a defender os nossos monumentos arquitetônicos.

Em 1923, foi apresentado um projeto de lei destinado a salvar nosso Patrimônio. Através do deputado Luiz Cedro, foi sugerida a criação de uma “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”, objetivando conservar os imóveis públicos ou particulares.

Já em 1925, a pedido do governador mineiro Mello Vianna, o jurista Jair Lins também tratou de defender os bens representativos de nosso passado. Os bens móveis ou imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar à coletividade, devido o motivo de ordem histórica ou artística, seriam catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre elas, a União ou os Estados passarão a ter o direito de preferência.

Assim sendo, no final da década de 20, o deputado historiador Wanderley Pinho, fez projeto de lei relativo à proteção de nosso patrimônio cultural e, segundo Lemos (1985, p.36), eram considerados os bens preserváveis: *“as cimalthas, os forros, arquitraves, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pinturas murais, e quaisquer ornatos (arquitetônicos ou artísticos) que pudessem ser retirados de uma edificação para outra”*.

Com o Decreto nº. 22.928, de 12 de julho de 1933, a cidade de Ouro Preto foi considerada como representante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi com o Presidente Getulio Vargas que houve o amparo legal de legislação instituindo o

tombamento federal e organizando a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que essa legislação se concretizou. Nesse período tínhamos como ministro da Educação Gustavo Campanema. Esse projeto foi dividido em dois períodos importantes:

O primeiro período relaciona-se à criação da Secretaria do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 e foi caracterizado pela organização estrutural para implementação de uma política de Estado marcada pela restauração e conservação do patrimônio edificado (igrejas, museus, cidades históricas, sedes de governo) e de arquivos.

A preocupação com a valorização do patrimônio brasileiro inicia-se com os intelectuais modernistas, oriundos do movimento cultural denominado “Semana de 22”, destacando-se Mario de Andrade e Lúcio Costa, os quais exerceram papel determinante na criação e funcionamento da agência nacional de proteção. Contraditoriamente, os modernistas, que buscavam novos parâmetros para a cultura, elegem como patrimônio cultural a ser protegido apenas as edificações e monumentos de pedra e cal, representativos do país colonial, escolhendo os sítios e monumentos setecentistas como símbolo das nossas raízes sócio - culturais, o nosso lastro de identidade nacional.

O caput do Artigo 1º do Decreto - Lei de nº 25, de 1937 limita a incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, considerando que:

“constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”(BRASIL,1937)

O segundo período foi administrado por Aloísio Magalhães, que ampliou as políticas públicas para o patrimônio cultural, de forma a destacar não só o patrimônio edificado, mas também outras representações de igual legitimidade da nação brasileira, como festas e celebrações, costumes, modos de ofício. Neste período foi introduzida a noção de bens culturais representativos da diversidade cultural do país.

Até a década de 1960, no entanto, poucas leis aprovadas no Brasil tratavam da preservação de bens culturais arqueológicos. Como exceção pode-se citar a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 “Que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré – históricos”.

Esta Lei significou um avanço teórico e de instrumentais técnicos para lidar com esse novo tipo de bem cultural. Sabemos que na legislação anterior já contemplava, através do tombamento, a Arqueologia dentro da perspectiva de preservação, mas com uma conotação para os bens chamados de “pedra e cal”⁵.

Á partir do século XX até os nossos dias, muitos conceitos foram desenvolvidos a fim de se interpretar os processos de formação da identidade nacional como tombamento, cultura material, cultura popular, folclore, modos de ofício, cultural imaterial, patrimônio edificado, celebrações, registro, entre outros, gerando assim o Inventário Nacional de Bens Culturais, objetivando compor uma matriz documental sobre o processo histórico cultural do Brasil por meio do instrumental analítico e conceitual do patrimônio, que permitiu a compreensão da existência de vários instrumentos jurídicos que foram instituídos no país, tendo como objetivo principal resguardar as informações e os registros para o estudo da sociedade e da cultura brasileira.

A preservação do bem cultural pressupõe que este seja apropriado pela sociedade, o que subentende várias formas de utilização e fruição do bem pela comunidade. Talvez a mais importante dessas formas seja a capacidade de a sociedade atribuir um uso ao bem. Só mediante o uso é possível preservar artefatos e estruturas arquitetônicas e áreas urbanas. É o uso que reintegra o bem à vida social, impedindo sua degradação.

Sabe-se que, para que a comunidade integre o bem à vida social, a responsabilidade por este patrimônio e seu gerenciamento pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou, e secundariamente àquela que cuida dele.

Apenas em meados dos anos setenta, que bens e manifestações populares, culturais e artísticas passaram a ser estudados pelo IPHAN (ocorre uma alteração da denominação do órgão neste momento, passando a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico). Isso se deve à mundialização dos valores e referências internacionais da noção de patrimônio, a partir do conceito “patrimônio cultural da humanidade”, pela UNESCO (a categoria foi criada na Conferência Geral de Genebra, em 1972, pela UNESCO).

⁵ - Decreto Lei nº 25, de 1937, já previa através do tombamento a Arqueologia dentro da perspectiva de preservação, o que acabava sendo às vezes contraditório, ou seja, entre o Tombamento de sítios arqueológicos e o método da escavação arqueológica que ao destruir o sítio para o levantamento de informação e gerar o conhecimento, se contrapõe à proposta do instrumento “Tombamento” que significa conservar a forma. Torna-se, então o Tombamento, mais apropriado para os bens chamados “pedra e cal”.

Em 1970, por iniciativa do então Ministério da Educação e Cultura, foi realizado um encontro de secretários de Estados e Municípios para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; a oficialização de um movimento em direção à descentralização. Na ocasião foi assinado o Compromisso de Brasília, que, por um lado, apoiou a política de proteção dos monumentos encaminhada pelo órgão federal e, por outro, reconheceu “a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e que “aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica do IPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional”, recomendando a criação de órgãos estaduais e municipais adequados à proteção, sempre articulados com o IPHAN, procurando uniformidade da legislação (MEC,1980,p.25).

A Constituição de 1988 veio finalmente afirmar que, é dever de todo cidadão cuidar do patrimônio cultural do país. No âmbito governamental, essa tarefa aparece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, responsáveis pela proteção de documentos, obras e outros bens considerados de valor histórico, artístico e cultural, além de paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos. E ainda na Constituição, no “Artigo 30, define a competência dos municípios: “(...)IX - Promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, observada a legislação fiscalizadora federal e estadual”.

Portanto, essa distribuição de competência garante aos municípios a função executiva na proteção de seus bens culturais, observadas as normas gerais de âmbito federal e estadual sobre o assunto e, quando necessária, a tarefa de suplementar a legislação no que lhes for especificamente local.

Quando se fala em preservar, que é um conceito genérico, devemos ter o cuidado de não confundir com tombamento, pois o tombamento é um instrumento legal específico de proteção de bens culturais, criado em 1937, que possibilitou ao Estado, desde então, salvaguardar da destruição os bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural.

Ressalva-se que na Constituição de 1988 (p.19, 31,32 e 122) a Preservação do Patrimônio Cultural está amparada no Artigo 5º, LXXIII: trata da ação popular, instrumento de que o cidadão dispõe para, entre outras coisas, proteger o patrimônio histórico-cultural; Artigo 23, III e IV: fala da competência legislativa em comum; Artigo 24, VII e VIII§ 1º ao 4º: cuida da competência legislativa concorrente; Artigo 182: trata da

política de desenvolvimento urbano; Artigo 215: define o Estado como responsável pelo apoio, valorização a difusão das manifestações culturais, garantindo a todo o pleno exercício dos direitos culturais; Artigo 216, I a V, § 1º ao 5º: dispõe sobre a competência do Poder Público para promover a proteção do patrimônio cultural local.

Após a Constituição vigente de 1988 e com o objetivo de aperfeiçoar e complementar as leis de proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro, instituiu-se o Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que resgata uma dívida histórica com os bens culturais imateriais como: saberes, celebrações, expressões, os quais irão procurar resguardar os cantos lendas, hábitos, festas, rituais e outras práticas populares brasileiras. Com o advento do decreto passam tais bens e valores culturais a ter proteção especial com a possibilidade de serem tombados.

Esse tombamento visto por muitos estudiosos e antropólogos⁶ suscita uma questão em no que diz respeito à preservação de todo e qualquer bem cultural: não é possível que todo e qualquer bem cultural que represente os mitos, os sonhos, as idealizações, a sabedoria popular e o imaginário coletivo das pessoas e comunidades, seja tombado, sob pena de o instituto congelar a vida cultural, que tem natureza dinâmica, condenando-se a criatividade humana à paralisia, com evidente empobrecimento da memória cultural.

Durante as últimas décadas, tem-se observado que também no âmbito internacional, delineou-se uma série de instrumentos jurídicos, convenções, pronunciamentos, resoluções e esclarecimentos relativos ao preservar-se o patrimônio cultural.

A inclusão do problema representado pela necessária conservação e utilização do patrimônio tem sido a preocupação de vários países e sabe-se dos esforços multinacionais em adotar medidas de emergência, tanto em nível nacional quanto internacional e que vários países têm se preocupado em adotar procedimentos de conservação e restaurando e fazendo edificações de interesse histórico e cultural.

Foram várias conquistas na área de preservação, sendo formalizadas e incorporadas em documentos normativos e referenciais para a atividade, conhecidos como Cartas Patrimoniais. São eles verdadeiros guias para a atividade de preservação e restauração.

⁶ Ver ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (org)-Memória e patrimônios: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Brasília Jurídica, 2000

Essas cartas são, de maneira geral, as resultadas de eventos promovidos por instituições internacionais de preservação que agregam os mais destacados especialistas da área e que são ao longo do tempo alterados, revisados, pois quando se fala de alguns conceitos desses documentos há necessidade de revisão, as mudanças históricas – sociais se alteram constantemente.

Apesar de superados, mantêm importância de seu testemunho histórico e nos permitem compreender com exatidão o assunto na atualidade.

A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial existente deveriam ser ativamente promovidas como um aspecto essencial do desenvolvimento humano, exigindo o respeito, por parte de outras culturas, respeitando à diversidade cultural e ao mesmo tempo, o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de cada uma das partes.

A Carta de Atenas (1931) abre essa polêmica numa dimensão transnacional. A partir da constituição das Nações Unidas em 1945, vários outros documentos de poder legal internacional são elaborados com o intuito de promover a proteção do patrimônio cultural, como a Carta de Veneza (1964), a Convenção de Paris (1972), a Carta de Nara (1994), a Carta de Brasília (1995), a Carta de Fortaleza (1997). Salientamos que de acordo com a “Conferência de Nara (2000), Conferência sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial, realizada em 1994...” todas as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas.”, pressupõe que o patrimônio cultural de cada um é o patrimônio cultural de todos.

Como já foi dito anteriormente, com o promulgar-se aqui no Brasil da Constituição de 1988, reafirmou-se a importância do tombamento como ação legal de preservação dos bens culturais, ampliando a responsabilidade do poder público, com o apoio da comunidade, em promover e proteger o patrimônio cultural, além do tombamento, através de outras formas de acautelamento e preservação, como o inventário, registro, vigilância e desapropriação.

Com essas medidas, ficou fundamentado que a preservação faz parte das políticas urbanas, e que cabe ao poder público municipal promover a ordem urbana, tendo como principal instrumento a legislação de uso e ocupação do solo. No âmbito municipal é possível preservar áreas de interesse cultural e ambiental por meio de inúmeros

instrumentos legais de planejamento, pois os governos municipais têm o poder e o dever de legislar sobre o patrimônio cultural local.

Atualmente o Estado não tem mais o fôlego para arcar sozinho com os custos de preservação, e que o Estatuto do Tombamento, que defende ardorosamente, é um mal necessário e que está longe de se constituir como forma ideal de preservação cultural.

Os próprios órgãos preservacionistas, criados para intervir diretamente nos processos de preservação e restauração, adquirem hoje um papel mais normativo e fiscalizador, delegando à sociedade a efetiva intervenção em determinados bens culturais. As mudanças na Legislação, as atribuições e poderes novos gerados pela Constituição ao cidadão, a chamada sociedade organizada e os atuais movimentos populares de defesa e preservação patrimonial de qualidade de vida, são exemplos desses novos tempos. Além dessas organizações contamos também com garantias e poderes conferidos pela Constituição Federal, os Ministérios Públicos.

Historiadores e Juristas afirmam que há 4 mil anos, no Egito, pessoas ligadas ao faraó agiam como os promotores. Sabe-se que a Instituição Ministério Público só veio surgir na França com Napoleão Bonaparte; no Brasil, foi criada após a Proclamação da República.

Por ter garantias e poderes conferidos pela Constituição Federal, o Ministério Público, através das promotorias de tutela coletiva, atua com isenção e eficiência na proteção ao Patrimônio Cultural, ao meio ambiente e cidadania.

Cabe dizer que a proteção ao Patrimônio Cultural também é função do Ministério Público por ser interesse de que a população dê a garantia de acesso a nossa história e cultura. O direito à preservação do Patrimônio Cultural é um direito coletivo, pertencente à humanidade. Por essa razão, todos devem agir como fiscais da preservação, informando o Ministério Público sobre a ocorrência de descuido ou degradação de bens de valor histórico ou cultural.

Portanto, qualquer cidadão tem o direito de solicitar o tombamento e outras formas de proteção dos bens que considere de valor histórico, artístico, arquitetônico, ambiental ou afetivo para a sua cidade: casas, monumentos, áreas, ruas, praças, bairros, áreas verdes, etc, cabendo aos órgãos técnicos a apreciação dos pedidos e o desenvolvimento dos estudos necessários.

De um modo geral, qualquer atitude de respeito para com a coletividade e para a cidade traz em si um valor positivo que, sem dúvida, ajuda a preservar o que há de melhor no lugar em que se vive com ações que poderão amenizar a situação e fazer valer

os nossos direitos enquanto cidadãos brasileiros: não depredar monumentos nem equipamentos urbanos; não jogar lixo nas ruas; denunciar ocupações em áreas de proteção ambiental ou de risco, ou quaisquer outros danos à natureza e ao espaço urbano; protestar contra construções ou intervenções que interfiram no equilíbrio da paisagem; não desmatar sem autorização dos órgãos públicos.

Cada cidadão pode contribuir mais do que imagina para a preservação do patrimônio cultural coletivo e para a conservação e melhoria do espaço onde trabalha e mora, sendo que as leis dependem do respeito e da vigilância de todos nós para serem cumpridas.

Nesta perspectiva, geralmente o conceito de patrimônio resulta da seleção de certos elementos, algumas lembranças como algo que recorda, lembra, marca; enquanto outros são passíveis de esquecimento e destruição, mesmo aquelas intangíveis. No entanto, o Patrimônio Cultural sempre teve a ver com identidade, com valores e com a memória das pessoas.

O IPHAN, instituição federal responsável pela proteção do patrimônio arqueológico do Brasil, ao preservar a memória e, assim, participar da construção da idéia nacional brasileira, está realizando uma tarefa acadêmica e educativa que não deve ser vista como responsabilidade restrita de um pequeno grupo de técnicos.

A pretensa neutralidade técnica esconde as relações de força, de poder simbólico (Bordieu, 1989), que está por trás da definição do que é o Brasil e de quais são as memórias legítimas- e, portanto, quais são as ilegítimas- para a construção dessa definição. Essa, é assim, uma responsabilidade política com a qual devemos estar todos envolvidos.

Como escreve o historiador Jacques Le Goff (1992, p.429),

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do conhecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Com isto conclui-se que a abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a retomada da própria definição antropológica da cultura, sendo, portanto, que o olhar para a cultura resultará na salvaguarda do seu patrimônio.

Acredita-se que é só através do reconhecimento da cultura que as pessoas saberão identificar e valorizar o Patrimônio Cultural.

Nesta perspectiva, é que esta investigação pretende sensibilizar a comunidade acadêmica da importância de introduzir conteúdos na Matriz Curricular do curso de Pedagogia relacionados à Educação Patrimonial para que os futuros gestores do patrimônio e/ ou profissionais da educação saibam identificar os laços que os identificam e estabelecer uma nova estratégia de reconhecer suas características culturais e desenvolver na sociedade valores de cidadania.

Escolhemos o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, localizada no município de Anápolis (GO), para desenvolver nossa pesquisa.

No próximo capítulo, antes de vermos como é tratada a questão do Patrimônio Cultural no currículo do referido curso, faremos um breve histórico do município, bem como da criação da Universidade.

2. A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM QUESTÃO

Como o objetivo dessa investigação é sensibilizar a comunidade acadêmica a valorizar, identificar e preservar nosso patrimônio seja ele material ou imaterial (escolar ou histórico, natural ou cultural), delinearemos aqui alguns aspectos da cidade em que, acreditamos que será beneficiada em relação ao multiculturalismo.

Por um longo tempo, os olhares sobre as questões culturais do município de Anápolis têm-se observado ausência por parte da comunidade do entendimento de como o patrimônio cultural é um amplo e diversificado conjunto de bens culturais que permite a cada segmento social apropriar-se do passado, compondo imagens de sua identidade, quer seja ela individual ou coletiva.

Nesse sentido, foi selecionada uma Instituição de Ensino Superior que atua no município de Anápolis, tendo um dos seus cursos o de Pedagogia que é específico para a formação de profissionais que irão dar suporte técnico às Unidades de Ensino e também atuar na docência da Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, se faz necessário um breve histórico da cidade para que se entenda sua trajetória histórica, política e social ao encontro futuro para o multiculturalismo.

2.1 História do Município

O município de Anápolis situa-se na parte sul de Goiás, onde se inicia o Planalto Central, limita-se com os municípios da seguinte forma: ao norte com Abadiânia e Pirenópolis; ao sul com Terezópolis, Goianópolis, Leopoldo de Bulhões e Silvânia; leste com Silvânia e Abadiânia; e a oeste com Nerópolis, Ouro Verde e Petrolina de Goiás.

O município de Anápolis ocupa uma área de 1.078,20 Km^a, representando 0,32º da superfície atual do Estado de Goiás. Além da sede municipal possui mais quatro distritos administrativos: Goialândia, Joanópolis, Interlândia e Souzaânia. Esta situação

geográfica do município de Anápolis propiciou a canalização de grande produção agrícola de uma significativa área do Estado. Anápolis encontra-se distante 54 km da capital estadual e 146 Km da capital federal.

A acessibilidade de Anápolis possui grande facilidade, pois conta com as vias federais, BR-153 que vai para Brasília e BR-414 que se dirige para Corumbá. As vias estaduais são a GO-060 em direção a Nerópolis e a GO-330 para Leopoldo de Bulhões e Petrolina em direções contrárias.

2.2 Caracterização Sócio - Histórica do Município

A cidade de Anápolis tem seu surgimento datado em meados do século XIX, era o entroncamento natural das vias que demandavam as capitânicas em direção ao ouro em Corumbá, Jaraguá e Meia Ponte. Em 1887 o povoado passou à condição de Vila e em 1907 foi elevado a condição de cidade com o nome de Anápolis.

No século XIX e início do século XX a ferrovia era o símbolo da modernidade (fumaça do progresso); a chegada da ferrovia responde a uma política federal de marcha para o Oeste que, conseqüentemente, altera a função econômica do local, o chamado Avanço Goiano.

O Brasil estava passando por grandes transformações (Estado Novo⁷) em todos os níveis, principalmente no econômico, quando houve uma grande mudança no seu eixo, estava passando do Brasil arcaico, atrasado, baseado exclusivamente em fornecer artigos primários para os mercados europeu e norte-americano, para um Brasil moderno, pautado na soberania econômica, sendo o momento crucial para a modernização.

Dessa maneira, esse modernizar-se, que levou à industrialização, possibilitou a Anápolis a inserção nos quadros da economia nacional. O acontecimento permitiu ao Estado de Goiás, como também à própria cidade de Anápolis, articular-se à economia nacional⁸.

O anseio desse município era estar ligado ao mercado nacional, via ferrovia, que foi efetivamente consolidada em 1935. Numa passagem da obra de Revalino A. Freitas, confirma-se este anseio:

⁷ Período iniciado em 1930 e encerrado em 1945 chamado ERA VARGAS

⁸ Existe uma produção historiográfica muito rica e extensa sobre essa articulação do Estado de Goiás aos quadros da economia nacional, sendo os mais importantes Bertran (1978) e Borges (1990)

No começo do século XX teve início a construção da Estrada de Ferro Goiás, a primeira e única via férrea do Estado. Seu ponto de partida foi a Cidade de Araguari, em Minas Gerais, um importante centro econômico. (...). Na época, o Estado de Goiás era visto, nos principais centros do país, como uma região selvagem. (...) Anápolis queria fugir a esse estigma, queria se mostrar enquanto uma cidade moderna, dentro das concepções da mentalidade da época, provocar estupefação nos visitantes que por ela transitassem, seja a negócios, seja em viagem familiar ou de lazer. Mas a sua realidade era bem diferente. As ruas eram estreitas e de terra, muitas vezes com irregularidades que impediam o trânsito. Animais pastavam nas ruas e praças. O lixo se amontoava em terrenos baldios ou mesmo na frente das casas, (...) .A Prefeitura, ajudada pela intelectualidade local, ousou enfrentar o desafio. Pelos jornais, divulgou a necessidade da população passar a se comportar de maneira menos sertaneja e mais urbana, (...). Com isso, a cidade se considerou preparada para receber a estrada de ferro, e essa chegou em setembro de 1935.(FREITAS,1995,pp.42-45).

De acordo com a citação, observa-se que ocorre uma necessidade de mudança de hábitos, um novo padrão ⁹de cultura, pois se faziam necessárias, para a chegada da ferrovia à cidade, grandes mudanças que visavam a solapar um comportamento sertanejo para um mais urbano.

Para ficar mais esclarecida a importância desse acontecimento para a história anapolina, cito Polonial:

Segundo município mais populoso do Estado com 249.463 habitantes (IBGE, 1994:2-34), Anápolis tem uma participação importante no quadro mais geral da História de Goiás. Em tempos passados, foi cognominada de "Ribeirão Preto Goiano" e de "Manchester Goiana". Essas denominações justificam-se pelo grande dinamismo econômico por que passou a cidade, após a segunda década do século XX. A ampliação do mercado interno nacional e o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro

⁹ Quando se diz novo padrão de cultura coloco em evidência a falta de sensibilização/ formação da população em preservar a memória da cidade. Deixando claro o descaso com o patrimônio, visto que a população não foi sensibilizada para tal.

tiveram papel decisivo nessas mudanças. Com efeito, o município foi o maior produtor de café do Estado, e o maior centro comercial de Goiás. A inserção da economia goiana nos centros mais dinâmicos do país foi decisiva nesse processo. Anápolis explica o grande desenvolvimento econômico alcançado atribuindo - o ao fato de que se tornou o ponto terminal da estrada de ferro. (...). A compra e venda de mercadoria cresceram e dinamizaram a economia local, transformando a cidade em centro comercial do Estado (POLONIAL,1995pp. 32-33).

Podemos perceber, assim a importância econômica da Anápolis para o Estado de Goiás, quando a mesma se torna um grande centro comercial, em virtude da entrada da estrada de ferro, e passa a ter uma participação importante no quadro mais geral da história do Estado.

Apesar de todo Estado de Goiás estar inserido nos quadros da economia nacional de forma dependente, o município de Anápolis terá uma vantagem decisiva. Esta vantagem reside no fato de ser a cidade o ponto terminal da ferrovia, possibilitando o rápido escoamento da produção primária, como o café.

De uma maneira geral, a expansão do município foi acelerada com a ferrovia, sendo que nas décadas seguintes, principalmente quando começa a girar grandes somas de capital devido à construção de Brasília, o crescimento de Goiânia e a implantação da Belém – Brasília que ocasionaram um crescimento desorganizado caracterizando o avanço desenfreado da cidade;

Nos meados dos anos 70 inicia-se a política de "estradas e rodagem", acarretando na criação da BR-153, que atrai o crescimento da cidade para o leste; e ao mesmo tempo surgem Goiânia e Brasília, e Anápolis passa a dar suporte para estas duas novas capitais.

Segundo Freitas (1995, p.52)

A construção de Brasília representou um marco na expansão econômica e populacional de Anápolis. Desde a constituinte de 1946 que a transferência federal para o Planalto Central passou a ser discutida. A mídia discutia e divulgava o assunto, estimulava as pessoas a reivindicarem a construção da nova capital.

Em 1973 Anápolis é decretada área de segurança nacional, com a vinda da Base Aérea, que trouxe a cidade aumento na rotatividade do capital, devido a chegada dos oficiais e sargentos da aeronáutica com suas famílias, o que favoreceu economicamente o município.

Outro projeto que veio ajudar economicamente a cidade foi o Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA). Desde a criação de Brasília, Goiás, com a necessidade de industrialização do Estado viu na cidade de Anápolis fortes características para implantar um local que abriga esse projeto, viabilizando assim o DAIA, em 1976, sendo que os incentivos para o Distrito só vieram acontecer em 1984; impulsionando a cidade, gerando empregos e trazendo a necessidade de qualificação de mão-de-obra. Assim fala Freitas (1995, p.67).

Atualmente o DAIA gera milhares de empregos diretos. Num momento em que a oferta se encontra a nível mundial, num processo de retração, o DAIA se constitui em um importante pólo gerador de empregos, não só para Anápolis, como para o Estado de Goiás, contribuindo para amenizar os graves problemas sociais decorrentes do desemprego.

Haja vista que o Distrito trouxe à cidade empregos e automaticamente aumento da população, que requer dos governantes ações educacionais comprometidas com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população anapolina.

Nesse contexto o município teve uma significância para a economia do Estado de Goiás e porque não preservar a sua memória? Há evidências desse descaso para com o patrimônio.

De acordo com Berman (1986,p.15)” ser moderno é fazer parte de um universo onde tudo que é sólido se desmancha no ar”. Percebe - se que não há um entendimento dos profissionais que atuam nas várias áreas do conhecimento quanto à importância da preservação da memória de um povo. Sendo esse o motivo dessa investigação de pesquisa, pois percebemos que há uma interpretação errônea em relação educação, cultura e patrimônio cultural.

Apesar de que, ao longo do tempo, houve várias ações políticas em relação ao resgate dos símbolos que garantem a identidade da população anapolina, pois é através da identidade que os indivíduos permanecem unidos.

Atualmente verificamos esse descaso, sendo que no passado houve momentos em que a população reivindicou essa preservação e foi atendida.

Foi quando na década de 80, a sociedade começou a colher os primeiros frutos, foi em 10 de julho de 1984 que a Lei nº 025/84¹⁰, decretada pela Câmara Municipal de Anápolis, passou a vigorar e o primeiro imóvel a ser beneficiado com a Lei do Tombo. A comunidade anapolina começava a despertar para a preservação da sua memória.

Apesar da referida Lei, o poder econômico prevaleceu, no final da década de 90 foi construído o Terminal Urbano que abriga o Transporte Coletivo de Anápolis (TCA) junto com um dos patrimônios do município, que nesse período não havia sido tombado. Essa obra cobre totalmente a visão do Terminal Ferroviário, dos moradores posteriores a essa data, poucos têm o conhecimento deste prédio que ficou oculto à sombra do “novo”.

Passaram-se seis anos para que o município retornasse seu olhar para a questão do Patrimônio Cultural. Em 1991, foi criada outra Lei a de nº 1824/91¹¹ de 03 de janeiro de 1991, garantindo o tombamento de mais três prédios públicos. Mesmo após a promulgação dessa Lei em que a Estação Ferroviária foi tombada atualmente, vivenciamos um momento em que o imóvel se encontra desprovido dos benefícios a que tem o direito, é a continuidade da Antiga Estação Ferroviária Goiás, ou seja, o Terminal Ferroviário que está abandonado e divide seu espaço com uma edificação, que praticamente a compromete.

Em 1997, foi promulgada outra Lei a de nº 2511/97¹², em 2003 a Lei nº 2952/2003¹³, que foi para o município um dos marcos de destaque. Foi em 18 de abril de 1956, o pouso da aeronave Presidencial, planejado para ser em Goiânia, no Aeroporto

¹⁰ Art. -1º Fica o Mercado Municipal “Carlos de Pina” considerado como parte integrante do Patrimônio Histórico Municipal.

Art.2º-Em conseqüência desta lei fica inalienável o imóvel onde está localizado o Mercado Municipal “Carlos de Pina”, da mesma forma como ficam proibidos a destruição, a demolição ou a mutilação do seu prédio e demais instalações.

Art. 3º-Fica o Executivo Municipal autorizado a criar órgão encarregado de registrar e fiscalizar, nos termos do Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, este e os demais tombamentos de bens de interesse do Patrimônio Histórico Municipal.

¹¹ -Art.1º -Ficam os prédios onde funcionam a Cadeia Pública,IML e onde funciona a Polícia Técnica (Rua 14 de julho), a Estação Ferroviária (Praça Americano do Brasil); os prédios onde funcionam o Fórum (Praça Bom Jesus) e Museu (Rua Coronel Batista), considerados como parte integrante do Patrimônio Histórico Municipal.

¹² Art-1º- Fica o Morro da Capuava, localizado ao final da Rua Leopoldo de Bulhões, setor norte da cidade, considerado como parte integrante do Patrimônio Histórico Municipal

¹³ -Art. 1º-Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomba como patrimônio histórico do Município de Anápolis a construção localizada nas dependências do Aeroporto Civil de Anápolis.

Art.2º-A construção sediará o futuro Museu JK.

Art.3º-Em razão do tombamento, o Poder Público Municipal manterá as características originais do prédio, ficando toda e qualquer obra de reforma, ampliação ou adaptação que venha modificar às características da construção.

Santa Genoveva, não foi possível por fatores meteorológicos, prosseguindo para alternativa Anápolis. Quis assim o destino, que o nosso Presidente JK aqui chegasse naquela manhã e assinasse, no antigo terminal, o projeto que determinava a mudança da nova capital. O Aeroporto Municipal JK, passou desta forma a fazer parte não só da história desta cidade como também da história do Brasil.

E por último, foi promulgada a Lei nº 3.171/2005¹⁴, definindo também a Secretaria Municipal da Cultura é que ficará responsável pelo processo de organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

Como pudemos perceber, houve um grande crescimento da cidade e esse desenvolvimento se fez necessário ampliar e redimensionar as Políticas Públicas Educacionais para atender a demanda da população relacionada à área educacional foi que implantou a Universidade Estadual de Goiás (U.E.G.), que é uma Instituição pública que veio atender os anseios da população.

A criação da Universidade contribuiu para a preservação do patrimônio municipal? Especificamente pretendemos ver, no curso de Pedagogia, como é trabalhado com a comunidade acadêmica (que, esperamos, irá repassar aos alunos da Educação Infantil o dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), a importância da preservação do Patrimônio Cultural.

Ou seja, como a Universidade, através do seu departamento de Pedagogia, está contribuindo para preservar esses bens, e educando a sociedade no sentido de mostrar a importância desse patrimônio.

Veremos, a seguir, a trajetória histórica da Universidade bem como analisaremos a organização curricular do curso de Pedagogia, foco de nossa pesquisa.

2.3 A Trajetória Histórica da Universidade Estadual de Goiás

A Universidade Estadual de Goiás - UEG é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, estruturada em unidades acadêmicas multicampi, que congregam cursos de áreas afins e goza de autonomia didático-científica, administrativa e de Gestão Financeira e

¹⁴ Art.1º-Os prédios sedes do Colégio Estadual Antônia Santana e do Colégio Couto Magalhães passam a ser considerados como partes integrantes do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal.

Art.2º-Fica atribuída à Secretaria Municipal da Cultura, a responsabilidade da inscrição nos Livros dos Tombos e do devido processo para a organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, bem como dos tombamentos de monumentos naturais, sítios e paisagens, aplicando-se, no que couber, as orientações oriundas do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e demais legislações sobre a matéria.

Patrimonial, no termos do Art. 207 da Constituição Federal, do Art.161, da Constituição do Estado de Goiás e da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1996.

A UEG tem como missão original pesquisar, desenvolver, organizar, divulgar e partilhar conhecimentos, ciências e percepções, ampliando o saber e a formação do ser humano para a atuação sócio - profissional solidária e coerente com as necessidades e a cultura regionais, com o objetivo de que homens e mulheres conquistem sua cidadania num projeto de sociedade equilibrada, nos parâmetros da equidade.

No cumprimento da sua missão institucional a UEG rege por princípios próprios, constantes do seu Estatuto, incluindo - se os seguintes, segundo o Projeto Político Pedagógico Unificado da Instituição, (2004, p.8):

I-respeito à liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;

II - universalidade do conhecimento;

III - igualdade de oportunidades;

IV - pluralidade ideológica e acadêmica;

V - democracia e transparência na gestão;

VI - obediência à legislação vigente e aos poderes constituídos;

E dentre os compromissos permanentes da UEG, próprios da sua natureza, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico Unificado, (2004, p. 8) destacam-se:

I - compromisso com a democratização da educação, da cultura, da pesquisa científica e tecnológica e com a socialização dos seus benefícios;

II - compromisso com a pesquisa científica e tecnológica voltada para a preservação da vida em suas várias formas e com o desenvolvimento do cerrado;

III - compromisso com a defesa dos direitos humanos;

IV - compromisso com a orientação e com o apoio ao ser humano para o exercício pleno da cidadania;

V - compromisso com a valorização do profissional da educação;

A Universidade Estadual de Goiás (UEG), que atualmente conta com 42 campi, espalhados por boa parte do Estado de Goiás e mais 16 pólos. Oferece cursos de graduação; bacharelado e licenciatura plena; curso seqüencial, emergencial e pós –

graduação surgiu da incorporação de uma universidade e de doze faculdades isoladas no ano de 1999, através do decreto Lei de número 13.456, de 18 de abril de 1999.

A Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA – Anápolis), a Escola Superior de Educação Física de Goiás (ESEFEGO – Goiânia) e a Faculdade Cora Coralina (na cidade de Goiás) foram as primeiras unidades universitárias a serem criadas ainda na década de 60, as outras dez surgiram na década de 80.

A UEG - Anápolis conta, atualmente, com cerca de 34.000 estudantes distribuídos em 130 cursos.

O corpo docente, da Universidade, está constituído por 1.494 professores, dos quais 207 possuem formação em nível de graduação; 1060 com especialização; 205 com mestrado e 22 com doutorado. Quanto ao pessoal administrativo o número é de 753 funcionários.

A Unidade Universitária de Ciência Sócio - Econômicas e Humanas de Anápolis é uma das mais antigas, tendo sido criada no final da década de 60, com apenas um curso: o de Ciências Econômicas. Na época era denominada por Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA).

Do seu surgimento, em 1969, até o ano de 1990 teve ampliado o número de cursos que oferecia, bem como sua estrutura física e organizacional. Em 1990, a FACEA deixa de ser uma faculdade sendo elevada à categoria de universidade através de um decreto lei do governo do Estado de Goiás, que cria Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), que abrigava 11 cursos em duas unidades universitárias, uma no Bairro Jundiá e a outra na Vila Alexandrina, a qual possuía dentro de sua estrutura administrativa, uma unidade de ensino fundamental, o Colégio de Aplicação Dr. César Toledo, que servia como campo de estágio para os alunos dos cursos de licenciatura. A estrutura acadêmica era constituída por três centros: Ciências Humanas e Letras; Ciências Exatas e Tecnológicas e o de Ciências Sócio- Econômicas.

A Unidade Universitária de Ciências Sócio Econômicas e Humanas de Anápolis (CSEH) atualmente oferece cursos de graduação e de pós – graduação lato - sensu. Desenvolve projetos de extensão e tem perspectiva de criação de cursos de pós-graduação strito – sensu.

Quanto aos cursos de graduação a Unidade Universitária oferece quatro cursos de licenciatura (Geografia, História, Letras e Pedagogia) e três de bacharelado (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), que no ano de 2006 contavam com 1.166 estudantes, sendo 604 no turno matutino e 562 no turno noturno.

Para atender aos cursos de graduação e pós - graduação conta com um quadro docente composto por 135 professores sendo 114 pertencentes ao quadro efetivo da Universidade e 21 contratados temporariamente. A titulação do corpo docente esta assim distribuída: 45 especialistas, 86 mestres e 20 doutores.

Para atender às atividades desenvolvidas na Unidade Universitária conta-se com: o diretor e o vice-diretor, um coordenador administrativo, 4 coordenadores adjuntos (Coordenação Pedagógica, Coordenação Adjunta de Pesquisa, Coordenação Adjunta de Pós – Graduação, Coordenação Adjunta de Extensão), 7 coordenadores de curso, uma secretária acadêmica e o pessoal de apoio técnico- administrativo.

No processo seletivo de 2006 a Unidade Universitária ofereceu 280 vagas distribuídas entre os sete cursos. O curso de Pedagogia ofereceu 40 vagas, sendo que foram inscritos 229 candidatos.

Salienta-se como foi importante essa instituição de ensino, pesquisa e extensão pública que desde a década de 1990 vem proporcionando para o município mudanças substanciais na formação de professores. O curso de Pedagogia oferecido pela Unidade forma o pedagogo, portador de um sistema de referência teórico - metodológico, para atuar na gestão dos sistemas escolares, na educação infantil e na docência dos anos iniciais do ensino fundamental. O pedagogo deve ter domínio do instrumental próprio de trabalho e saber fazer uso dele, de forma a reconhecer a base social e política de seu pensar e agir. É profissional comprometido com a qualificação social da educação, da escola e da aprendizagem dos estudantes, tendo como referência a afirmação de uma sociedade democrática assentada na ética e na formação do ser humano em cada indivíduo.

O pedagogo atua como intelectual crítico com a realidade, analisando criticamente sua prática educativa, busca a intervenção científico - técnica nos diversos aspectos da prática de ensinar e aprender da escola, de modo comprometido com o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. É um profissional que possui a capacidade de trabalhar coletivamente, de planejar, de organizar, de gerir e avaliar o trabalho pedagógico do seu campo de atuação.

2.4. Organização Curricular do Curso de Pedagogia

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Unificado do Curso de Pedagogia oferecido pela Universidade (2004, p.11), a proposta curricular possui um princípio geral:”

a compreensão da prática pedagógica como objeto da Pedagogia”. Isto posto, tem ainda como princípios:

a- pesquisa como princípios cognitivo e formativo;

b- a integração entre a teoria e prática, ou seja, a práxis e

c- a flexibilização

A prática pedagógica, objeto da Pedagogia, não se constitui numa realidade simples, pronta e a-histórica que pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos e técnicas específicas para o profissional incumbido de escolarizar crianças e jovens. A educação escolar é um ato profundamente significativo e importante para a humanidade, indissociável dos processos de compreensão e de transformação do mundo e da sociedade.

Em vista disso, mais do que transmitir conhecimentos determinados, a educação escolar busca formar o ser humano em cada homem, afirmando a possibilidade de uma sociedade cada vez melhor. O pedagogo tem sobre si a exigência da produção, construção, crítica e socialização de conhecimentos, habilidades e competências que permitam a inserção do educando no cenário complexo do mundo contemporâneo.

Já em relação à pesquisa, a Universidade propõe que ela seja vista como atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a prática pedagógica coloca, mas como capacidade de elaboração própria, um diálogo inteligente com a realidade, atitude que deve estar presente no comportamento cotidiano dos profissionais da educação. É imprescindível que o pedagogo possa desenvolver, durante a formação, todos os conhecimentos e habilidades que precisará desenvolver em seus educando. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2004, p.12) “ a pesquisa como princípio cognitivo e formador levará o pedagogo a uma nova postura diante do conhecimento, dada sua característica essencial de atitude e disposição diante do estudo, substituindo hábitos como a passividade e a inércia por novos hábitos de participação e busca.”,e após análise da configuração curricular do curso verificamos que a Universidade privilegia atividades que permitam aos acadêmicos o desenvolvimento da postura investigativa.

Quanto a buscar uma formação baseada na indissociabilidade entre teoria e prática, a proposta curricular visa romper com uma tradição de formação onde a teoria e as práticas se confrontam como esferas separadas, procurando proporcionar uma formação de

caráter integral, interdisciplinar, comprometida com a prática pedagógica efetiva, mas que não prescindir do conhecimento teórico.

A atitude interdisciplinar é a busca permanente de formas de trabalho onde os conteúdos das diversas disciplinas sejam vistos como instrumentos culturais e científicos necessários para que os acadêmicos avancem na construção dos conhecimentos necessários à sua formação profissional. Conhecimentos que não são isolados e nem distantes da realidade concreta das escolas, mas encadeados entre si, significativos e abertos à pesquisa, de forma que o futuro profissional possa posicionar-se diante dos desafios de sua profissão.

Mediante o exposto, acreditamos que é necessário que haja uma relação entre os conteúdos, através de atividades interdisciplinares e de cooperação entre docentes e discentes. Para isso, o curso proporciona, valendo-se do princípio da flexibilização, promovendo as oportunidades para que a interdisciplinaridade possa acontecer.

Sabe-se que não é fácil construir a formação de professores que se faz necessária para que a democratização de um ensino de qualidade deixe de ser uma promessa e se torne uma realidade. O real não pode ser visto como um dado pronto e acabado e nem as tentativas de mudá-lo devem permanecer no campo das utopias. O real ao mesmo tempo se dá no presente e a partir dele é (re) construído. Esse é um desafio que se colocam para todos nós educadores e profissionais que atuam na área educacional. Portanto, mais do que um direito, é um dever dos professores, alunos e pesquisadores interferirem na realidade em construção, contribuindo para que a escola consiga amenizar o fracasso escolar. Ela precisa sensibilizar educadores, alunos e comunidade que tratamento igual não significa tratamento uniformizante, que desrespeita, padroniza e apaga as diferenças.

Como já foi mencionado anteriormente, o Brasil, sendo um país multiétnico e pluricultural, precisa de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes sejam garantidas o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si mesmos e aos grupos étnicos - raciais a que pertencem.

É neste sentido que essa investigação tem por objetivo propor um redimensionamento na matriz curricular do curso de Pedagogia, inicialmente naquele ministrado na Universidade Estadual de Goiás - Unidade Anápolis, mas que também fosse ser aproveitado pelos demais cursos ministrados no país, propondo que a Educação Patrimonial se torne realidade curricular na formação dos professores que irão atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Será apresentado às dimensões do currículo e as disciplinas de cada uma, fazendo parte da investigação o primeiro momento de pesquisa de campo que foi à análise do currículo, das ementas e principalmente das referências bibliográficas.

Salienta-se que serão apresentadas duas propostas curriculares, foram trabalhadas com duas turmas. A turma da 4ª série está amparada na Lei nº 5692/71¹⁵, foi promulgada paralelamente à repressão aos movimentos partidários, visando reduzir os instrumentos de luta da massa que, cada vez mais pobre, recorria à rede pública de ensino, a que mais sofreu o processo de degradação a partir dos anos 70.

Currículo Pleno que estava amparando esta turma teve sua extinção gradativa e já foi extinta no ano de 2006,(anexo 01). Foram contempladas com as habilitações para: Suplência Escolar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, magistério das séries iniciais do ensino fundamental (1ª à 4ª séries). O regime era seriado, com possibilidade de matrícula por disciplinas.

De acordo com o Currículo Pleno do Curso, as disciplinas foram assim distribuídas:

1ª - Disciplinas-Língua Portuguesa, Organização do Trabalho Intelectual, Sociologia Geral, Psicologia da Educação Evolutiva, História da Educação I, Filosofia e Introdução à Estatística

2ª- Psicologia da Educação - Aprendizagem, Didática, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Estatística Aplicada à Educação, História da Educação II, Biologia Educacional, Estágio e Fundamento do Ensino Fundamental e Médio I.

3ª- Estágio e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio II, Medidas Educacional, Alfabetização , Artes e Recreação, Desenvolvimento e Aquisição da Linguagem, Metodologia e Conteúdos do Ensino Fundamental e Prática de Ensino I.

4ª- Princípios e Métodos da Suplência Escolar, Currículos e Programas, Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação, ética Profissional, Administração Escolar, Ecologia e Prática de Ensino II.

¹⁵ -Lei nº 5.692- de 11 de agosto de 1971-Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências-Capítulo V-Dos professores e especialistas

Ver Mais em: Amoroso Lima, A.A **Cultura Brasileira e a Universidade** e Durham, Eunice.**A Reforma da Universidade**

Para a turma do 3º ano que ingressou no curso em 2004, tiveram uma nova Matriz Curricular (anexo02). De acordo com o Projeto Político Pedagógico Unificado do Curso de Pedagogia (2004, p.18 e 19) as disciplinas são assim distribuídas, para as turmas que foram beneficiadas com a nova Matriz Curricular (turmas do 3ºano, que é anual e com disciplinas semestrais):

1º ano- 1º período - Teoria Social, Educação e Estado, Sociedade, Conhecimento e Escola, Arte e Educação, Prática Pedagógica, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

1º ano – 2º período - Bases Epistemológicas e Educação, Psicologia e Educação, Teorias Pedagógicas, Pesquisa em Educação, Corpo, Cultura e Expressividade, Prática Pedagógica, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

2º ano- 3º período-Filosofia e Educação, Psicologia e Educação - Aprendizagem, Organização do Trabalho Pedagógico, Bases Lingüísticas da Alfabetização, Processos Didático – Pedagógica Prática Pedagógica, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

2º ano- 4º período - História e Educação, Cultura Escolar e Currículo, Métodos e Processos de Ensino de Alfabetização, Conteúdos e Processos de Ensino de Língua Portuguesa I, Conteúdos e Processos de Ensino de Matemática-I, Prática Pedagógica, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

3º ano-5º período - Políticas Públicas e Educação, Gestão das Organizações e Cultura Organizacional, Atividades de Orientação em Gestão I, Estágio Supervisionado em Gestão Educacional-I, Conteúdos e Processos de Ensino de Língua Portuguesa II, Conteúdos e Processos de Ensino de Língua Portuguesa II, Conteúdos e Processos de Ensino de Matemática-II, Prática Pedagógica: diluída nas disciplinas de conteúdo específico, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

3º ano- 6º período-Financiamento e Gestão e Recursos da Educação, Mídias e Produção Cultural, Atividades de Orientação em Gestão II, Estágio Supervisionado em Gestão Educacional-II, Conteúdos e Processos de Ensino de Geografia, Conteúdos e

Processos de Ensino de Ciências-I, Práticas Pedagógica diluída nas disciplinas de conteúdo específico, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento e Atividades Complementares;

4º ano- 7º período- Educação e Diversidade, Conteúdos e Processos de Ensino de História, Conteúdos e Processos de Ensino de Ciências II, Atividades de Orientação em Docência I, Estágio Supervisionado em Docência nos anos Iniciais do Ensino Fundamental-I, Prática Pedagógica: Trabalho de Conclusão de Curso-I, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento, Atividades de Complementares;

4º ano- 8º período-Antropologia e Educação, Planejamento e Avaliação Institucional, Atividades de Orientação em Docência II, Estágio Supervisionado em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental-II, Prática Pedagógica: Trabalho de Conclusão de Curso II, Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento, Atividades Complementares;

5º ano- 9º período-Fundamentação da Educação Infantil, Tempo, espaço e pensamento lógico - matemático, Literatura na Educação Infantil, Arte e música na educação infantil, Tópicos especiais em educação infantil, Estágio supervisionado em educação infantil.

Para que o objetivo fosse alcançado foi necessário, em um segundo momento, selecionar as disciplinas que poderiam estar sendo trabalhadas os conteúdos que abordariam o patrimônio cultural e como preservá-lo, a preservação da memória de um povo, e as maneiras de fortalecimento e as identidades locais ou regionais da população.

De acordo com o Currículo Pleno apresentado da turma da 4ª série, foram selecionadas as disciplinas: Sociologia Geral, Filosofia, Sociologia da Educação e História da Educação I e II, e não foi selecionado através da sua Ementa nenhum conteúdo que pudesse ter trabalhado em relação ao tema proposto.

Já com relação à turma do 3º ano, foram selecionadas as seguintes disciplinas: Corpo, Cultura e Expressividade, ministrada no 1º ano, 2º período; Cultura Escolar e Currículo, ministrada no 2º ano, 4º período; Mídias e Produção Cultural, ministrada no 3º ano, 6º período; Educação e Diversidade, e Conteúdos e Processos de Ensino de História, ministradas no 4º ano, 7º período; Antropologia e Educação, ministrada no 4º ano, 8º período. Após a seleção solicitamos o Plano de Curso de cada disciplina com as suas respectivas ementas, (Projeto Político Unificado, 2004, p.p.33, 36, 40, 48, 51,52 e 56).

Disciplina: Corpo, Cultura e Expressividade-Função do corpo na evolução psíquica. Aspectos conceituais da psicomotricidade: imagem do corpo, a tonicidade, o movimento, a comunicação corporal. O desenvolvimento psicomotor da criança. Formação das estruturas espaço - temporais. Expressão corporal e educação. O jogo dramático na sala de aula.

Disciplina: Cultura Escolar - Culturas Escolares - concepções e determinações histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica de currículo. O currículo na educação brasileira: dimensões política e didática - pedagógica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - histórico e críticas. Debates contemporâneos no campo do currículo-interdisciplinaridade, pós - modernidade e currículo no cotidiano.

Disciplina: Mídias e Produção Cultural-Educação e comunicação como prática culturais. Mídias como expressão simbólica das diferenças culturais. A tecnologia como cultura e potencializadora da produção cultural. Consumo e ética. Processos educativos mediados por tecnologias: tecnologias e suas implicações na educação; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar e não - escolar.

Disciplina: Educação e Diversidade - O respeito à diversidade como pressuposto ético essencial para a prática educativa. Educação escolar, democracia e inclusão. A escola como espaço sociocultural em que as diferenças se encontram. Educação escolar como direito social. Metodologias de ensino e diversidade.

Disciplina: Conteúdos e Processos de Ensino de História-Evolução e princípios da historiografia brasileira. Objetivos e função social do ensino de História. Estudo de conteúdos e processos de ensino e aprendizagem em História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de propostas e recursos didáticos para a história dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Avaliação da aprendizagem em História.

Disciplina: Antropologia e Educação - Cultura da infância e da família, as formas de construção dos modos de viver humanos e sua realidade enquanto processo e enquanto valor, que se revelam nas instituições básicas da vida social. Formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade, que permeiam diferentes espaços tais como: a escola, o trabalho, o lazer e outros. Estudo da trajetória da antropologia frente à

educação e frente às práticas pedagógicas próprias de diferentes culturas.

Após a seleção, passamos para o terceiro momento que foi selecionar as disciplinas cujo conteúdo poderia está sendo trabalhado, o fortalecimento da memória de seu povo, patrimônio cultural, multiculturalismo numa perspectiva de resgate a uma nova visão de cultura, diversidade cultural e arqueologia. Analisamos que as disciplinas em que o conteúdo é trabalhado e que nos levam a crer que poderiam estar sendo enriquecidas de uma maneira mais abrangente o que chamamos de cultura brasileira, tanto os bens tangíveis como os bens intangíveis, resguardando assim uma consciência histórica que permite valorizar/ preservar a cultura nacional.

Baseado nos aportes teóricos estudados citamos, Soares (2003, p.12)

É importante demonstrar que a diversidade deve ser valorizada e resguardada porque é a partir do diferente que se estabelecessem as identidades dos povos e indivíduos. A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a História é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial.

Sabemos que para que haja uma preservação do patrimônio cultural é necessário principalmente, o conhecimento e uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade. As disciplinas que mais nos chamaram a atenção pelo seu título estar próximo aos nossos questionamentos, foi a Antropologia e Educação, e Educação e Diversidade.

O quarto momento foi analisar o plano de curso dessas duas disciplinas como também suas referências bibliográficas. Quanto à disciplina “Educação e Diversidade” ela enfoca a diversidade no âmbito da inclusão¹⁶, ou seja, incluir alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.

¹⁶ Ver - Declaração de Salamanca e Linha de Ação, sobre necessidades educativas especiais- Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade

Já a disciplina “Antropologia e Educação” enfoca a cultura de uma maneira geral e nas referências bibliográficas foi confirmada esta análise. Não foi identificado nenhum texto que discorra sobre multiculturalismo, culturas paralelas e diversidade.

Nossa preocupação é justamente nesse contexto, o Brasil sendo um país multicultural e a escola brasileira ter a grande tarefa de propiciar às gerações em formação condições de se tornarem capazes de adquirir, analisar criticamente e preservar o legado dos diferentes grupos componentes da sociedade e de compreender quais são as diferentes concepções de mundo que orientam cada um deles, o que ajudará na preservação dessas distintas manifestações culturais.

Quando se fala de cultura, Laraia(1986,p.36) afirma que:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes, é necessária saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir.

O autor dá uma idéia geral do que é a cultura, ou as culturas. Retomo ao presente estudo quando a preocupação é como está sendo a formação dos professores para atuarem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental numa concepção resgate à preservação do Patrimônio Cultural.

Como podemos perceber o currículo analisado não foi identificado com nenhum conteúdo que se aproxima dos temas sobre multiculturalismo, diversidade cultural, memória, muito menos algum conteúdo que trate especificamente de Patrimônio Cultural.

Veremos, a seguir, quais os conhecimentos que os acadêmicos, professores e coordenadores do curso de Pedagogia têm sobre dos temas propostos, bem como, de outros assuntos referentes à sua formação acadêmica.

3. TEORIA, MÉTODO, TÉCNICA E ANÁLISE DAS RESPOSTAS

3.1 Metodologia da Pesquisa

O presente trabalho privilegiou a busca de informações e de análise qualitativas, segundo Triviños (1995), a pesquisa qualitativa busca explicações sobre a origem, causas, relações, mudanças e possíveis conseqüências deste fenômeno sobre a vida humana, buscando captar sua essência e não suas meras aparências fenomênicas.

Ressaltam, também, Chizotti (1998) e Rey (2002) que a pesquisa caracterizada como do tipo qualitativa, tem com finalidade retratar uma unidade ou uma situação particular, analisando-a em profundidade e reunindo informações e detalhes, com o objetivo de permitir uma compreensão mais abrangente da referida situação.

Para nossa classificação investigativa, tomaremos como base à taxonomia adotada por Gil (1996), que a qualifica em exploratória, descritiva e explicativa, de acordo com seus objetivos, estabelecendo um marco conceitual da investigação.

Diante desta análise, nossa investigação terá como objetivo descrever as disciplinas que são oferecidas pelo curso e análise destas para uma possível reformulação da ementa.

Delimitaremos, adiante, a proposta para o levantamento de dados desta investigação, especificando o universo e a população, bem como o instrumento de coleta de dados a ser utilizado e o respectivo tratamento ao qual serão submetidos os dados, após a sua coleta.

Sendo um dos objetivos do nosso estudo que é discutir os processos de ensinar e aprender sobre a Educação Patrimonial no curso de Pedagogia ministrado na Universidade Estadual de Goiás, entendemos antes de tudo, ser indispensável analisar o Projeto Político Pedagógico Unificado da Instituição.

Destaca-se que o projeto foi elaborado em conjunto das Unidades que oferecem o curso, para dar forma a uma proposta curricular que se tornou referência na formação de

professores. O projeto contou com a participação de um grupo ampliado de professores que elaboraram as ementas e bibliografias.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados no presente trabalho, foram análises documentais, que nesse caso foi o Currículo Pleno, Projeto Político Pedagógico Unificado e a aplicação dos questionários.

Segundo Minayo (1992), “neste momento, procuramos estabelecer articulações entre dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões com base em seus objetivos”. Sendo assim promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

A análise documental é uma técnica de coleta de dados que possibilita o acesso a uma quantidade de informações factuais nos documentos a partir das questões de interesse e permitem ao pesquisador compreender os princípios e normas que regem o fenômeno estudado e suas relações. Triviños (1987) afirma que esse tipo de técnica reconstitui uma situação passada, serve de indicativo para outras técnicas e ainda reforça ou complementa dados obtidos anteriormente. Segundo o autor, considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, como livros, manuais, arquivos, jornais, relatórios entre outros.

No caso do presente trabalho, a realização da pesquisa documental considerou três aspectos: documento da UEG que daria uma visão da sistematização do curso de Pedagogia, que neste caso foi o Projeto Político Unificado da U.E.G., o acesso a ele e sua análise.

● Questionários

O levantamento de dados de nossa investigação foi realizado por meio de questionários aos professores, coordenadores e alunos que estão fazendo parte do curso de Pedagogia (anexo 03). Entendemos que o questionário permite um grau maior de profundidade dos elementos com os quais pretendemos recolher dados para posterior análise, possibilitando ao informante a facilidade do preenchimento, ressaltar ainda a importância da sua colaboração.

Segundo Nogueira (1968, p.122), [...] “entre as vantagens do questionário está o fato de permitir que se colha uma considerável massa de dados a um preço relativamente barato”, outro fator que foi salientado pelo autor é o fato de não exigir

contato direto entre o investigador e o informante tornando-o vantajoso, nas situações em que se deseja evitar influência do estímulo pessoal sobre o informante ou preservar o seu anonimato. Nesse sentido, para que a investigação fosse autorizada pelo Comitê de Ética ¹⁷foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido que enfatizava os aspectos éticos garantindo o anonimato.

Buscaremos ao aplicar esses instrumentos de coleta de dados em nossa investigação, organizar a aplicação de questionários de forma que seja planejada, previamente agendada com os sujeitos.

A seleção dos envolvidos na investigação foi delimitada com as turmas que estavam terminando o curso no ano de 2006 e a turma que teve sua matriz curricular adaptada para atender a Legislação vigente, nesse caso selecionamos a turma da 4º Série e 3º ano - 6º período.

De acordo com um dos itens do Termo de Consentimento os sujeitos têm liberdade de participar da pesquisa e poderão deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum constrangimento. Mediante o exposto o número de participantes não foi o proposto na pesquisa, que seria de aproximadamente de 30 alunos, e também os Coordenadores e Professores do curso de Pedagogia.

Os sujeitos que compuseram a “amostra” final da qual a pesquisa se ocupou totalizaram de vinte e uma alunos, um coordenador e um professor.

Os dados recolhidos pelos questionários serão completados pela análise documental, que nesse caso foi Plano de Curso e o Projeto Político Pedagógico Unificado. Segundo Cervo e Bervian (1996, p.48) “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte de pesquisa descritiva ou experimental”. Em ambos os casos, buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas sobre o processo em estudo.

A informação recolhida por esta análise permitirá uma leitura mais abrangente da realidade e um melhor enquadramento dos questionários que poderá culminar com os

¹⁷ A presente pesquisa foi realizada na Universidade Estadual de Goiás, e como a investigação era para ser realizada com os alunos, professores e coordenadores do Curso de Pedagogia teve que passar por todo o processo autorizativo através do Comitê de Ética em Pesquisa do Pró- Reitoria de Pós – Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária da UniEVANGÉLICA, localizada na Av. Universitária, km.3,5 Cidade Universitária- Anápolis-GO ,de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde

questionamentos propostos nesta investigação. Os objetivos do projeto¹⁸ de investigação foram:

- *“Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância dos Conteúdos sobre Educação Patrimonial;*
- *Avaliar o Currículo do curso de Licenciatura Plena de Pedagogia quanto à aplicabilidade do Multiculturalismo numa perspectiva de resgate a uma nova visão de cultura;*
- *Identificar e refletir como a diversidade de manifestações culturais está sendo entendida na comunidade acadêmica;*
- *Identificar e analisar as principais percepções dos estudantes sobre o tema Educação Patrimonial na educação superior;*

E os questionamentos foram:

- *“Os programas de formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Universidade Estadual de Goiás, no curso de Pedagogia, na cidade de Anápolis-GO estão preocupados com a memória de seu povo?”*
- *Os programas do curso de Pedagogia estão com o olhar voltado para a Educação Patrimonial?*
- *As identidades locais e/ou regionais estão sendo reforçadas na formação dos professores?”*

● **Análise das Respostas**

Após aplicação dos questionários, seguimos os passos para a operacionalização, de acordo com a proposta de Minayo (1992,p.78): ordenação dos dados, classificação dos dados e análise final.

Para a ordenação dos dados, fizemos um mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, que foram:” O Currículo Pleno do Curso de Pedagogia”,”

¹⁸-O projeto citado foi elaborado pela mestranda, sendo um dos seus questionamentos que gerou o tema: Ranços e Avanços da Educação Patrimonial-eis a questão!

Projeto Político Pedagógico Unificado” e os “Questionários”. Foram feitas releituras do material, organização das respostas e dos dados da observação participante.

Nesta fase de operacionalização, verificamos que o questionamento feito através do projeto poderá ser aproximativa às questões propostas á investigação.

Para uma melhor compreensão da metodologia de análise utilizada, serão utilizados trechos da fala de alguns questionários. Visto que alguns tipos de discurso se assemelham em alguns casos, não se fez necessário utilizar as respostas de todos os sujeitos. É importante notar nas leituras dos questionários, que cada um dos vinte e três sujeitos que responderam os questionários foi caracterizado por “S”, para preservar a identidade dos participantes. Eles são citados e apresentados no presente trabalho como: sujeito um “S.01, para os alunos, sujeito professor “S-P.01” e sujeito coordenador ”S-C .01. Sempre será referido em qual turma o sujeito alunos pertence.

A pesquisa realizada, relacionada à formação de professores, objetivou investigar, por meio do questionário, conhecimentos relacionados à aprendizagem durante o curso por elas cursado e /ou cursando para a docência, evidenciados por futuros professores das séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil .

A análise dos dados, de natureza qualitativa, focalizou diversos tipos de conhecimentos evidenciados pelas alunas. Pudemos perceber o desconhecimento, por parte dos alunos de vários assuntos abordados, uma vez que ao ler as questões eles iam questionando que tinha assunto que nunca tinham visto e começaram a ficar apavoradas, principalmente aquelas das turmas que já estavam terminando o curso.

No nosso entendimento o profissional “pedagogo - professor” é aquele que tem uma formação com características específicas para atuação na escola e no sistema educacional, esse profissional deve ser formado para ter domínio das relações que se estabelecem no trabalho pedagógico, que constitui o núcleo central de sua formação. Essas relações ocorrem em um lugar específico de atuação - a escola.

A escola deve abrigar democraticamente a maioria da população e ser capaz de garantir-lhe sucesso escolar, ao assumir seu papel de transmitir conhecimentos sistematizados e de criar situações que propiciem a produção do conhecimento.

Tradicionalmente, a escola representa um lugar de difusão de conhecimentos e suas ações educativas vêm sobressaindo nas últimas décadas, tornando-se cada vez mais agente de desenvolvimento social, principalmente no mundo capitalista, onde muitas

vezes, por outras razões competitivas de sobrevivência, os pais quase sem tempo para os filhos, têm deixado de lado sua responsabilidade e têm atribuído somente para escola o papel de educar.

O ambiente escolar deve ser, portanto, um local de leitura da realidade, do mundo onde se apresentam múltiplas e rápidas transformações, onde se vivem relações culturais. Deve ser um local onde proporcione continuamente o enriquecimento da personalidade do aluno; ser um campo de relações e de aprendizagens, onde se possa aprender e raciocinar logicamente, a ter senso crítico e conseqüentemente maior dinamismo com as questões sócio-culturais que dizem respeito a todos.

E, como o ambiente escolar é um ambiente de leitura, de conhecimento sistematizado, chamamos de uma educação formal.

Desta maneira, se é com a educação formal ¹⁹que se inicia o processo de construção do saber sistematizado, então, refletir no âmbito da escola a questão e os problemas do Patrimônio Cultural pode ser também um passo a mais na direção da transformação social; certamente a valorização do Patrimônio Cultural dos lugares vai depender da grande parcela de contribuição do processo educacional.

O questionário aplicado era composto de 22 questões subjetivas, visando oportunizar resposta mais fidedignas, daí a não existências de questões objetivas. (anexo 04 - respostas dos questionários)

A primeira questão tinha como objetivo principal perceber se os sujeitos envolvidos na pesquisa eram capazes de definir Patrimônio Cultural. Para Ataíde et al (1997, p.11) “o Patrimônio Cultural inclui, tanto aspecto histórico como o ecológico. É constituído de bens culturais que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existam na natureza”. A maioria dos sujeitos do 3ºano, 6º período, foram capazes de externarem idéia semelhante a essa, para eles:

“Patrimônio Cultural é toda estrutura material e imaterial essenciais para estabelecer a continuidade da história, seja de uma instituição, de uma cidade, de uma vida... (S.01)

¹⁹ -Nenhum momento quis dizer que só a escola transmite conhecimentos: a família, a igreja, a imprensa, o sistema político, a mídia entre outras práticas promovem educação.

Refere-se a tudo que a sociedade tem e preserva enquanto cultura histórica, como por exemplo: museus, teatros, construções, quadros, músicas, arquitetura (S.02)

É aquilo que a sociedade possui enquanto cultura ao longo do tempo vem transmitindo de geração para geração (S.04)

É a herança da cultura de um povo que deve ser preservada para ser perpetuada para suas gerações (S.06)”

A concepção de patrimônio cultural dos sujeitos da 4ª série foram parecidas em relação às apresentadas anteriormente, demonstrando pouco conhecimento de discussões e/ou aprofundamentos do tema proposto, para eles:

“O que herdamos de gerações passadas na música, teatro, artes e pintura, festas folclóricas (S.03)

São os materiais, as construções e documentos que pertencem à cultura do nosso país (S.05)

Patrimônio cultural são os lugares, objetos que marcaram determinada época histórica, personalidade da sociedade de que transmite valores às pessoas em seu convívio social (S.07)

Tudo que é histórico e que existe há anos (S.11)

É aquela construção que tem certo valor perante a sociedade (S.12)

É o que é acumulado em termos de conhecimentos, costumes, que se torna de suma importância para conhecermos a realidade de um povo, que retrata a cultura de um povo (S.13)”

As mudanças ocorridas na matriz curricular nos últimos anos ainda não possibilitaram uma reflexão crítica dos temas relacionados às aplicações dos conhecimentos de Patrimônio Cultural no cotidiano de um número significativo de sujeitos. Percebe-se isso nas respostas infundadas dadas por alguns, conforme as suposições apresentadas nos capítulos anteriores vejam:

“A preservação de nossa cultura, por exemplo: quadrilha, comidas típicas de cada região, música, crenças, etc (S.06)

É aquela construção que tem certo valor perante a sociedade (S.12)

É tudo relacionado a uma determinada cultura, sua história, seus prédios, museus, etc (S.01)”

As respostas anteriores demonstraram a incapacidade de diferenciar os bens tangíveis dos bens intangíveis. Os sujeitos respondentes estavam matriculados na 4ª série, isto é, finalizando o curso de Pedagogia em dezembro de 2006. Reforçando a necessidade de haver uma nova proposta pedagógica, pois estavam amparado na Lei 5692/71.

A segunda pergunta tinha como objetivo principal fazer uma sondagem do nível de conhecimento e informação sobre este tema. Haigert, (2003, p.33) salienta, que,

“A educação patrimonial se encontra restrita a projetos isolados, geralmente como experiências piloto com pouca continuidade e pouca profundidade temporal. Existe um vazio a ser preenchido no que se refere ao retorno social da universidade às comunidades, direta e indiretamente ligadas a ela, quanto à educação e valorização da memória.”

A maioria dos sujeitos da 4ª série, não conseguiram externar o conjunto de conhecimento e/ou informação a respeito do tema, foram encontradas 8 respostas contendo “muito pouco” ou “quase nenhum”, o restante não definiu bem a respeito do tema, assim:

“Não tenho uma visão aprofundada do assunto, mas procuro manter informações, adquirindo através de jornais, revistas e outras informações de maior conhecimento (S. 7)”.

Quase nenhum, só conheço os que estão no Estado de Goiás (S. 8).

A mudança na Matriz Curricular de 2004, já apresenta os resultados parcialmente satisfatórios, pois sujeitos do 3º ano, 6º período demonstraram certo conhecimento e informação a respeito do tema, vejamos:

“Muito pouca informação e conhecimento a esse respeito. Estudamos um pouquinho disso em antropologia, no 1º ano do nosso curso (S. 2)”.

“Considero um nível inicial, pois, tive a oportunidade de estudar um pouco o assunto na disciplina de Sociologia, mas ainda não aprofundei sobre o assunto. (S. 7)”.

Já alguns sujeitos, responderam com respostas vagas:

“Com relação ao Patrimônio Cultural meu nível de informação foi adquirido através da minha vivência e durante a Educação Básica. (S. 4)”.

“A minha informação é vaga, pois, desde as minhas séries iniciais os educadores não repassaram a importância desse tema. (S. 5)”.

A terceira questão versava a respeito da importância do Patrimônio Cultural, visando a encontrar subsídios para uma prática reflexiva e contextualizada prevista pela LDB 9394/96.

Todos os sujeitos concordaram com a importância da informação e conhecimentos adquiridos em relação ao Patrimônio Cultural. Nesta questão percebeu-se que o tema precisa ser mais bem discutido e apresentado aos alunos desde a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, destacam-se assim, algumas respostas.

“É muito importante para um povo, conhecer a sua história, a história de seus antepassados, como viviam ou como pensavam. (S. 1)”

“A importância de mantermos viva a nossa história. (S. 3)”.

“Preservação da história de um país e de um povo (S. 5)”

“É através dele que o povo se forma enquanto ser de identidade própria, valorizando-se. (S. 6)”

“É importante compreender o Patrimônio Cultural uma vez que ele reflete determinada época, e com ela todo um contexto social que é responsável pelo que somos hoje. (S. 8)”

“É importante para registrar os valores, costumes, hábitos de pessoas em diferentes épocas da história. (S. 7)”

“Vejo que é da grande importância, pois é através da preservação da cultura que mantemos e construímos a sociedade. (S. 9)”

“É a nossa identidade. (S. 11)”

“É de grande importância conhecer melhor, nós professores, o que é; como é; para que serve; para então ensinar. (S. 13)”

A quarta questão buscava questionar como está sendo trabalhada a formação dos professores para atuarem, na Educação Básica, em relação ao conteúdo de “Patrimônio Cultural”.

Neste contexto, sabe-se que o professor é caracterizado como fio condutor importante no contexto da educação escolar e que para a formação da consciência educativa do aluno em relação ao Patrimônio Cultural, o caminho deve ser inicialmente trilhado ou traçado por ele. E assim, sabe-se que o educando é o eixo central do processo educativo, mas continua sendo o educador/ professor o agente desse processo.

Como que o professor poderá ser esse agente se na sua formação não está sendo elencado o conteúdo que contribuirá para que o futuro professor possa compreender a natureza social da prática educativa e aprenda a considerar as dimensões culturais, sociais e políticas no processo de aprendizagem.

Neste sentido verificaram-se com a turma da 4ª série que eles não terão essa consciência educativa em relação ao Patrimônio Cultural para conduzir seus alunos, eis algumas respostas:

“Não vimos nada relacionado a este tema, durante os 4 anos de curso (S-1)”

“Não temos essa preparação, infelizmente (S-6)”

“Não estou informada (S-10)”

“Não vimos nenhuma disciplina que trata desse assunto (S-13)”

E assim sucessivamente, nesta turma não houve nenhuma resposta que desse margem para o entendimento que estudaram o tema em foco. E o que mais chamou atenção foi que um dos sujeitos da pesquisa está totalmente desinformado sobre a formação dos professores para atuarem com esse tema, ele escreveu que:

“Não há formação para professores sobre este assunto (S-4)”

Os sujeitos do 3º ano, 6º período, tiveram alguns questionamentos que merecem destaque:

“Com descaso. Como vimos só temos o básico do básico de conhecimento a esse respeito. Mas sobre “Diversidade Cultural”, estudamos bastante. (S-2)”

“O trabalho é precário, infelizmente. (S-3)”

“Atualmente nós, professoras da educação, não estamos sendo preparadas para repassar às crianças a importância deste tema. (S-5)”

“Pelo que presencio aqui na Universidade acho que essa formação poderia ser melhor no intuito de preparar o professor para a diversidade existente na sala de aula. (S-7)”

“Não está sendo (S-8)”

Mediante as respostas dos sujeitos, no próximo capítulo será abordada uma proposta de redimensionamento da matriz curricular, para que sejam incluídos os conteúdos de patrimônio cultural. As respostas a seguir vieram sugerir complementando o propósito da investigação:

“Compreendo que a maneira bastante superficial, somente uma pincelada na História da Educação e na Antropologia. (S-1)”

“Tivemos pouco acesso a esses conhecimentos na Universidade, no 1º Ano tivemos a disciplina Antropologia Cultural, aonde vimos alguns conceitos como diversidade cultural (S-4)”

No próprio Projeto Político Pedagógico Unificado da Universidade está regulamentada essa flexibilidade que a instituição tem, juntamente com a equipe técnica e docente em escolher os conteúdos a serem ministrados de acordo com cada disciplina. Nesse sentido é oportuno acrescentar esse tema nessa disciplina.

Em relação à quinta questão, retoma-se aqui a L.D.B 9394/96, que introduziu as reformas educacionais do mundo contemporâneo, uma das principais novidades foi à flexibilidade na base e no processo da educação básica, incluindo a posição estratégica dos currículos, já que neles se aglutinam e se diversificam as disputas em torno dos diferentes sentidos do social e do político.

De acordo com Forquim, (1993, p.22), o currículo [... uma abordagem global dos fenômenos educativos, uma maneira de pensar a educação que consiste em privilegiar a questão dos conteúdos e a forma como esses conteúdos se organizam nos cursos...] veio de encontro com a questão em pauta que foi colocada (se na matriz curricular há como colocar em discussão a questão cultural com enfoque ao Patrimônio Cultural).

Vários educadores têm demonstrado o interesse por essa inclusão do tema nos currículos, principalmente no currículo da formação dos professores, ressaltamos Bezerra (2006, p.86), [... entendo que a criação de uma disciplina de educação patrimonial só se justifica como parte de um currículo voltado para a formação do professor...]. Sendo que a autora também questiona: será que isto não provocará um engessamento da própria idéia de educação e de patrimônio? São respostas que ao longo do tempo saberemos responder, pois é preciso aguardar os primeiros resultados, no próximo capítulo serão propostas à Universidade várias etapas para que os questionamentos em relação à matriz curricular sejam concretizados, e, se for do interesse da instituição, a provável alteração.

Os sujeitos de uma maneira geral foram unânimes em responder positivamente. Citam-se alguns que foram relevantes para o estudo em questão da turma do 3º ano, 6º período, eles chamaram atenção quanto à questão “política”:

“Creio que sim. Algumas disciplinas dão margem para essa discussão. Porém resta-nos saber até que ponto a Universidade se propõe a empenhar-se a isso. Muitos professores já se preocupam e propõe reflexões profundas sobre isso. (S-2)”

“Tem, basta a vontade de superiores. (S-3)”

Outro sujeito escreveu que:

“Não sei, mas acho que seria oportuno averiguar a possibilidade junto à Coordenação, para que seja inserida, por exemplo, numa AEA (ATIVIDADE DE ENRIQUECIMENTO E APROFUNDAMENTO)(S-7)”

Outra sugestão que foi oportuna, de acordo com o Projeto Político Pedagógico Unificado da Universidade, essa atividade quem sugere os temas são os próprios alunos com o corpo docente, facilitando assim a inclusão do tema proposto.

Ressaltam-se na 4ª série algumas considerações sobre a questão:

“Sim, da mesma forma como temos Ecologia, nada impede que estudemos Patrimônio Cultural. (S-1)”.

Reforçando em relação aos temas transversais, em especial ao meio ambiente. Questionou-se que esse tema está inserido nos temas transversais, por que não inserir a questão patrimonial dentro de um dos eixos temáticos?

Pensar em cultura foi a alternativa que a acadêmica propôs para abranger o tema no seu conteúdo de estudo e que veio de encontro com Horta, et al, (1999, p.7):

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitindo de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrenta.

O mesmo pensamento teve um dos acadêmicos, que escreveu:

“Sim, através da questão cultural podem-se abranger outros temas como Patrimônio Cultural. (S-8)”

Percebe - se que uns têm certa noção sobre “cultura”, que pode ser entendida como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano, sendo, portanto, toda pessoa humana produtora de cultura, havendo, assim, a necessidade de preservar através da Educação Patrimonial.

Partindo da compreensão de que a Universidade deverá redimensionar sua matriz curricular no curso de Pedagogia para inserir a Educação Patrimonial, os sujeitos da pesquisa levaram a crer que realmente não estão preparados para desenvolver esse tema, aproveitamos a fala da coordenação: “Sim, porém estamos despreparados intelectualmente, sobretudo para tal”. O que leva para no próximo capítulo propor uma ação direcionada para a formação dos professores.

Inclusive, essa ação poderá vir ao encontro com as lacunas importantes no conjunto de conhecimentos evidenciados pelas acadêmicas, elas poderiam ser capacitadas em formação continuada ou em curso de especialização, pois verificou-se que a única solução seria esta, pois a turma está acabando o curso, de acordo com:

“Sim, porém como já estou no 4º ano não serei mais contemplado (S-9)”

A formação inicial não se encerra com o recebimento do diploma do curso de formação, sendo possível o seu preenchimento com o curso de formação continuada durante o exercício da profissão de docente.

Na sexta questão foi abordado se eles se sentem aptos, após a conclusão do curso, a lecionar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, um conteúdo que envolva o Patrimônio Cultural, incluindo os bens materiais e imateriais. A maioria dos sujeitos envolvidos tanto do 3º ano como da 4ª série responderam que “não”, reforçando assim o

total desconhecimento quando se fala em Patrimônio Cultural, principalmente de bens materiais e imateriais argumentando, uma vez que não tiveram preparo sobre esse tema.

Apesar do desconhecimento, percebe-se que alguns sujeitos se preocupam em pesquisar por conta própria, o que leva a concluir que alguns educadores se preocupam com a construção de conhecimentos, de um novo saber, por meio das práticas sociais coletivas, que podemos chamar de educação não formal. São as respostas de alguns sujeitos:

“Não. Teria que fazer várias pesquisas (S-3; 3º ano, 6º período)”

“Não seria necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema (S-1; 4ª série)”

“Só com o curso não, acredito sim que posso lecionar mais terei que pesquisar e estudar mais. (S-2; 4ª série)”

“Apto literalmente não, mas se antes de ministrar a aula eu fizer um estudo de caso sobre o assunto. (S-4; 4ª série)”

“Sim, desde que eu busque informações necessárias e estude sobre o assunto para passar de maneira correta para os alunos. (S-8, 4ª série)”

Um sujeito chamou a atenção com sua resposta, pois para ele a internet é a salvação.

“Se eu pesquisar na internet, posso, pois o curso não me deu base para tal conteúdo. (S-11; 4º série)”

A sétima questão inquiriu se a formação está proporcionando meios e mecanismos eficazes para se trabalhar o tema em relação às Legislações Educacionais Nacionais, que amparam o cidadão quanto aos seus direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e a preservação do patrimônio cultural nacional e regional, tendo um tratamento preferencial. Se já está garantida essa política, tanto cultural quanto educacional, é dever das instituições promoverem debates para sensibilizar e

conscientizar os acadêmicos a respeito da definição da competência dos órgãos federais, estaduais e municipais em propiciar à população a garantia de seus direitos. Nas duas turmas, todos sujeitos responderam” não” como também a coordenação e professor.

Quando se fala em preservar o Patrimônio Cultural, que é uma obrigação de todos, pois, pela preservação, estamos guardando a identidade cultural e a memória de um povo, a comunidade também precisa e deve participar. Não só os governos federal, estadual e municipal, como foram discorridos anteriormente, mas a comunidade tem um papel importante. Ela, mais do que ninguém, conhece os bens culturais e objetos que a representam.

Foi nesse sentido que a oitava questão foi abordada, questionando se na comunidade escolar há debate sobre a questão de preservar o patrimônio, enfocando a preocupação do mundo de hoje em preservar não só as edificações e os objetos antigos, mas também a natureza e as relações dos homens com tudo isso.

Levando em conta que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição e considerando que esses bens demonstram a importância que representa para todos os povos do mundo, a salvaguarda desses bens é

da responsabilidade de toda a população. Está garantido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p 125) no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, em seu Art. que diz:

“Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...]”

Se está garantido na Legislação e essa responsabilidade é de toda a população, faz-se necessário o respeito para com a coletividade e para com a cidade. Percebe-se que essa consciência de preservar a natureza está sendo trabalhada parcialmente pelos sujeitos da pesquisa. A turma do 3º ano, 6º período, enfatiza:

“Sim, enfatizando mais a natureza. (S-1)”

“Começando em casa, a medida do possível faz essa reflexão e passa para os filhos (S-3)”

Demonstrando que realmente são conscientes da necessidade de preservar a natureza. Outro sujeito demonstrou que está preocupado com o resgate cultural, a instituição onde trabalha está realizando um projeto com as crianças da educação infantil objetivando um trabalho de resgate dos valores culturais, envolvendo a comunidade local:

“Sim, no entanto estamos até realizando um projeto no CMEI, em que trabalho, do resgate cultural dos avós da comunidade. (S-4)”

Já na turma da 4ª série, somente dois sujeitos nunca trabalharam esse assunto, demonstrando a falta de compromisso com as futuras gerações em relação ao meio ambiente ou mesmo a falta de conhecimento para tal.

Outro relato que chamou a atenção foi em relação ao projeto de que um dos entrevistados estava participando e, pelo visto, não foram encontradas documentações para a concretização do mesmo:

“Muito pouco. Participei de reflexões a respeito num projeto de pesquisa desenvolvido no ano passado, onde sentimos a falta que faz preservar os documentos de que necessitávamos. (S-13)”

Quando se fala em identidade, temos que falar em patrimônio, pois promover o entendimento da importância de se preservar o Patrimônio Cultural, seja ele de caráter material ou imaterial, consiste na necessidade que o ser humano tem em identificar os laços que os identifica e restabelecer estratégias de reconhecer suas características culturais e garantir, ou, senão, desenvolver na sociedade valores de cidadania.

Foi com esse propósito que a nona questão foi elaborada, questionando se no curso de Pedagogia nossas identidades locais e regionais estavam sendo fortalecidas.

E pelo visto, um tema que poderíamos explorar bem ficou comprometido para os sujeitos da 4ª série. A maioria omitiu as respostas, outras responderam que “não” e o único sujeito que respondeu dando margens para entendermos que pelo menos estudaram foram:

“Através da história do Brasil que estudamos no início do curso (S-2)”

“Através de pesquisa que um pequeno grupo de professores do curso de Pedagogia e do curso de História (S-C)”

Isso nos leva a crer na necessidade de haver uma interdisciplinaridade, o que se é previsto nos PCN's. Pois se, no conteúdo de História há como trabalhar esse tema, porque não explorar mais?

Sendo que, uma das entrevistadas reforçou:

“De maneira superficial. Não há um determinado enfoque, um direcionamento. O assunto é abordado de forma aleatória o que dificulta uma seqüência desse estudo (S-6)”

No entanto, as evidências demonstram que não há um trabalho interdisciplinar desenvolvido na unidade educacional investigada.

Cumprе ressaltar que a preocupação com a preservação do patrimônio cultural está presente desde a década de 30, e ao longo do tempo a questão da preservação ligava-se à concepção de que era necessária, para a constituição de uma identidade nacional brasileira, a perpetuação da memória nacional. Esse vínculo entre a preservação do patrimônio cultural de nosso país e a construção da identidade brasileira se fez necessário, segundo o primeiro diretor do SPHAN:

“Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (...) é o documento de identidade nacional brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos (ANDRADE, 1987, p.21).”

Por um longo período a concepção de preservação cultural visava à consolidação nacional brasileira, tendo a perspectiva de constituição de uma identidade que unisse todos os brasileiros, como pertencentes a um mesmo processo histórico, a

uma mesma unidade sócio-cultural, apesar de suas diferenças, que no presente, só têm sido reforçado.

Nesse sentido, é que deveria ser trabalhado na formação dos professores, já que eles têm projetos e Atividade de Enriquecimento e de Aproveitamento, segundo os sujeitos do 3º ano, 6º período salientaram:

“Através das E.A. A, e de projetos desenvolvidos por professores (S-2)”

“Através de projetos, do incentivo nas atividades complementares. (S-7)”

“Através das E.A. A, que procuram atender essas peculiaridades. (S-8)”

Demonstrando que têm consciência que esse tema é importante para a formação acadêmica, pois é a identidade que aproxima e une os indivíduos, principalmente a identidade social, coletiva - aquilo que caracteriza uma comunidade, um grupo de pessoas, uma sociedade de determinado tempo e espaço.

Dando continuidade às perguntas, enfocamos, na décima questão, um tema que está sendo muito discutido na área educacional. Foi questionada a possibilidade de trabalhar-se o Patrimônio Cultural em uma perspectiva interdisciplinar, pois, segundo Zortea (1995, p.529),

“A interdisciplinaridade traz desafio pedagógico, a tentativa de transformar o conhecimento num meio onde as pessoas envolvidas com a educação consigam ter contato com a realidade, dentro de uma perspectiva totalizante para entrar em contato com as suas partes, podendo assim compreender as relações existentes entre elas. Isto significa dizer que o homem e quem tem que ampliar o seu grau de conhecimento a fim de se conscientizar da importância da dimensão social do seu trabalho.”

A autora refere-se a que é o homem que tem que ampliar o seu grau de conhecimento a fim de conscientizar-se da importância da dimensão social do seu trabalho.

Nesse sentido uma das entrevistadas do 3º ano, 6º período colocou sua posição em relação de se trabalhar a interdisciplinaridade, para ela é importante para:

“[...] se trabalhar de maneira global para que possamos aprender não apenas a teoria, mas coloca-la a mesma em prática. (S-10)”

O que veio reforçar o pensamento do autor, que vê como desafio pedagógico que não basta só a teoria, a prática é essencial. Apesar de alguns terem o compromisso, outros agem demonstrando total desconhecimento do assunto:

“Acredito que esse venha a contribuir muito para com a complexidade existente no saber lidar com a adversidade respeitando-a e entendendo-a. (S-6)”

Já na turma da 4ª série, algumas responderam evasivamente, uma das entrevistadas demonstrou ter medo por desconhecimento. Ela disse:

“Medo, pois não tenho conhecimento suficiente sobre o assunto. (S-13)”

Outros demonstraram interesse e certo conhecimento:

“Creio que seria de grande valia, pois é importante repassar tais conhecimentos para as crianças. (S-10)”

“Acredito que será prazeroso e envolverá as pessoas para preservar a cultura em nosso país. (S-8)”

Ao longo da história educacional tem-se observado que o grande desafio da escola é investir na superação discriminatória e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o Patrimônio Sócio-Cultural Brasileiro. Com esse propósito foi que a décima primeira questão abordou a temática pluralidade cultural, questionando se na formação acadêmica a temática pluralidade cultural enfoca a importância do Patrimônio Cultural.

Nas duas turmas as respostas foram unânimes respondendo “não”, totalizando quatorze, ressaltam-se duas alunas do 3º ano, 6º período que disseram:

“Visitar, pesquisar, registrar e debater a importância do assunto. (S-5)”

“Acredito que esse venha a contribuir muito com a complexidade existente no saber lidar com a adversidade respeitando-a e entendendo-a. (S-6)”

Acredita-se que o processo educacional é um campo estratégico, onde as transformações acontecem. Segundo Saviani (1999 p.34)”... a educação deve tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a”.É com esse objetivo que se almeja a introdução de conteúdos que envolva a Educação Patrimonial, pois, pode contribuir para qualificar a vida em sociedade, a partir da reflexão e produção de saberes que contribuem na compreensão da nossa realidade, a educação pode contribuir para repensar de muitas práticas políticas, inclusive essa de introduzir no currículo conteúdos que irá colaborar para com a formação de recursos humanos para atuar na perspectiva da educação patrimonial, valorizando as diferentes dimensões do patrimônio cultural, local, regional e nacional, visando ao reconhecimento da diversidade das culturas existentes.

Sendo que, para os sujeitos da 4ª série, eles não tiveram como responder, eles responderam:

“Não, eu particularmente não saberei falar sobre o assunto, pois não temos esta disciplina em nossa Matriz Curricular. (S-6)”

“Como já disse, esse assunto é abordado muito superficialmente. Não existe até agora uma disciplina específica para esse conteúdo tão necessário (S-7)”

Outro desafio da escola pública que se vivencia é o “princípio de escola para todos”, ou seja, uma escola unificada, mas que respeite as diferenças locais e regionais, garantido um padrão de qualidade (para todos) e ao, mesmo tempo respeitar a diversidade local, étnica, social e cultural. Respeitando essa variedade de formas de viver, de identidades enfim, de diversidade cultural, estaremos preservando o nosso Patrimônio Cultural.

Foi com esse propósito que a décima segunda questão foi abordada, questionando se os acadêmicos estavam sendo preparados para atuar na Educação Infantil e nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, enfocando o “princípio da escola para todos”. De uma maneira geral as duas turmas responderam com questionamentos, outros somente positivamente:

“Sim, de forma bastante crítica e reflexiva com questionamento do tipo. Será que há de fato escola para todos? (S-1-3º ano, 6º período)”

“Sim. O assunto está em “moda e deve ser discutido e colocado em prática”(S-3-3º ano, 6º período)”

“Em partes, sim. Mas acho que não basta apenas preparação, habilitação. É preciso que haja condições para que essa idéia seja aplicada (S-6-3ºano, 6º período)”

“De certa forma. A escola para todos visa a quantidade de alunos matriculados o que não é garantia de qualidade. (S-13-4ª série)”

Já um dos sujeitos argumentou dentro de um dos questionamentos proposto nesta investigação que é o trabalho com a mais tenra idade que é educação infantil, que deve ser iniciado o mais cedo possível:

“No ensino fundamental sim, mas na educação infantil não. (S-4-3º ano, 6º período)”

A décima terceira questão buscou questionar se no curso de Pedagogia os acadêmicos estavam sendo preparados para ter clareza de que a integração no currículo poderá favorecer um trabalho conjunto entre as diferentes disciplinas. De acordo com Gonçalves (2000, p.45):

“Do ponto de vista epistemológico, a interdisciplinaridade consiste no método de pesquisa e de ensino voltado para a interação de duas ou mais disciplinas. Seu processo poder ir da simples comunicação de idéias até a integração recíproca de finalidades, objetivos, conceitos, conteúdos, terminologia, metodologia, procedimentos, dados e formas de organização e sistematização do conhecimento.”

Esta integração curricular proporcionará novos caminhos para a organização dos conhecimentos que serão repassados aos alunos, no sentido de interagir as disciplinas, dando a oportunidade de observação, a comparação e a interpretação do real através, sobretudo, do recurso a diferentes disciplinas. Foi verificada nas ementas que contemplam disciplinas afins a possibilidade de introduzir conteúdos relacionados ao Patrimônio

Cultural que costuma ser feito de modo cansativo e monótono que gera o desinteresse dos alunos.

Foi nesse sentido que se acredita que a coordenação respondeu:” não”, sabe-se que, se o professor não tiver preparado para trabalhar a integração, ela não acontece. Ao circular em torno do mesmo tema, sem abordar os pontos fundamentais, sem aprofundar a reflexão, o estudo fica no nível superficial, em vez de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno como sujeito pensante, esse tipo de integração exaure e leva à saturação. Algumas respostas subsidiaram essa constatação:

“Na verdade, a preparação acadêmica precisa urgentemente passar por uma avaliação disciplinar (S-5)”.

“Para ter clareza sim, mas para saber fazer isso acho que deixa a desejar (S-6)”

Demonstrando certo entendimento que, para superar esse problema é essencial ter clareza dos princípios básicos que se colocam como referência para o trabalho interdisciplinar.

De acordo com Gonçalves (op.cit, p. 48), entre esses princípios, um dos mais importantes passa pela ação coletiva voltada para a descoberta de:

“a) finalidades que orientem a ação educativa numa perspectiva transformadora;

b) questões fundamentais a serem priorizadas;

c) disciplinas que podem contribuir para a exploração dessas questões com os alunos;

d) como desenvolver uma interação que garanta a interface entre os conteúdos trabalhados, orientando-os em direção aos fins pretendidos.”

Ao definir os fins a serem alcançados, ao discernir o que é fundamental para atingi-los, ao fazer o planejamento de sua prática pedagógica, a escola abre caminhos para que a ação transdisciplinar avance no plano teórico/ prático. Por essa via, o processo de ensino-aprendizagem pode ser direcionado a criar condições para o aluno desenvolver a consciência reflexiva. E desenvolver também sua capacidade de estabelecer relações entre idéias, e de elaborar, assimilar e socializar conhecimentos significativos para a vida real.

De uma maneira geral as duas turmas responderam positivamente, totalizando quatorze “sim.” Ressaltando do 3º ano -6º período:

“Sim. No sentido em que a integração no currículo favorece o estabelecimento de relações entre diferentes disciplinas, o que PIAGET é essencial para o aprendizado. (S-1)”

“Naturalmente, a UEG nos oferece uma formação apoiada na criticidade .(S-8)”

Observa-se que há necessidade de repensar a prática pedagógica dos professores. Segundo a resposta da coordenação, e da maioria dos sujeitos, não há uma integração entre as disciplinas, com exceção às citadas, para que, quando as futuras professoras forem atuar como docentes elas terão um entendimento de como se trabalhar com a integração das disciplinas.

Como a escola representa um lugar de difusão de conhecimentos e suas ações educativas vêm sobressaindo nas últimas décadas, tornando-se cada vez mais agente de desenvolvimento social, deve, portanto o ambiente escolar ser um local de leitura da realidade, do mundo onde se apresentam múltiplas e rápidas transformações, onde se vivem relações culturais.

Foi nesse contexto que se realizou a décima quarta questão: Para você a escola como espaço sociocultural, construída no cotidiano das práticas escolares está possibilitando de se pensar o processo educativo escolar como sendo heterogêneo, capaz de reconhecer e incorporar positivamente a diversidade no desenvolvimento dos alunos e alunas como sujeitos socioculturais. Alguns sujeitos da turma do 3º ano, 6º período, responderam:

“Sem dúvida é o local por excelência para discutir a cerca desse tema. (S-1)”

“Sim, aqui é o assunto mais importante do nosso curso (S-2)”

“Sim, o assunto é deverás discutido em sala de aula através de experiências vividas por educadores. (S-3)”

Já alguns compararam da necessidade de saber fazer, e outro reforçou a inexistência do tema Patrimônio nas suas discussões:

“A possibilidade de pensar está existindo. Mas como já disse, também é necessário saber fazer. (S-6)”

“Não, sobre o Patrimônio, mas há outros temas culturais que são mais amplamente abordados (S-8)”

Com a turma da 4ª série, reforçou-se a questão da matriz curricular que não foi adaptada. Em algumas questões anteriores verificou-se que a turma foi prejudicada, a matriz curricular não contemplou para trabalhar a diversidade com os alunos como sujeitos socioculturais. A maioria respondeu que “não”, outros:

“Ainda está longe de ser o ideal (S-1)”

“Nem sempre (S-5)”

“Não em todos os aspectos (S-7)”

O Coordenador salientou;

“Não, há tentativas isoladas para concretizar o exposto.”

Reforçando o que foi comentado nas questões anteriores da dificuldade em trabalhar a diversidade dentro da sala de aula e que o trabalho desenvolvido é isolado.

Retomo aqui a questão da integração entre as disciplinas, que também foi o assunto questionado na décima quinta questão, buscando fazer um levantamento da percepção do acadêmico na prática pedagógica, se o professor incrementa as possibilidades de diálogo entre diferentes disciplinas e como é desenvolvido?

Percebe-se que, dentre os sujeitos do 3º ano, 6º período, somente três manifestaram a ausência do diálogo entre as disciplinas, os demais responderam positivamente a questão.

“Isso não acontece, não estamos aptos a falar da interdisciplinariedade.(S-5)”

“De forma parcial, através dos A.E.A. de aprofundamento. Mas reitero em dizer que é preciso um estudo mais aprofundado. (S-6)”

“Ainda é difícil este trabalho, porém é trabalhado em rodas de conversas. (S-8)”

O que torna positivo, um trabalho com a dialogicidade é necessário uma reflexão profunda entre os grupos. Dias (1999, p.40), em seu artigo Interdisciplinaridade: em tempo de diálogo, sugere dois caminhos, sendo que um deles é a auto - organização, que é concretizada num projeto coletivo de trabalho, assumindo com responsabilidade e com cooperação consciente por todo o grupo.

Nesse sentido, acredita-se que a maioria das aulas do curso de Pedagogia faz acontecer, segundo os sujeitos desta mesma turma:

“Sim. Ele utiliza de conteúdos de diferentes disciplinas para facilitar a compreensão do que está sendo por ele ministrado (S-1)”

“Sim. Como já mencionado, os professores que trabalham A.E. A. realmente possibilitam diálogos principalmente através de experiências compartilhadas (S-2).”

“Sim, através das aulas os professores estão sempre relacionando os conteúdos através das experiências adquiridas. (S-3)”

“Sim, em geral as disciplinas são correlacionadas (S-4)”

Nesse mesmo parâmetro a turma da 4ª série, respondeu:

“Sim intercalando os assuntos (S-4)”

“Sim, relaciona os conteúdos, fazendo a contextualização (S-7).”

“Sim, por meio da discussão da realidade do aluno. (S-8)”

Dessa maneira, percebe-se que os professores estão caminhando para o diálogo entre as diferentes disciplinas, tendo a discussão partindo da realidade do aluno, além de sujeito, agente da oralidade, eles produzirão conhecimento próprio. Sendo necessária a transformação do indivíduo em si mesmo pela linguagem, vendo-o como produtor da sua história e não como produtor de histórias alheias.

Outros foram além:

“Sim. O aluno cobra isso. O professor às vezes é bem explorado (S-3).”

Mostrando compromisso com o seu futuro, explorando todo o potencial do professor. Assim como o Coordenador, que tem uma reflexão bastante positiva, e mesmo assim, não tendenciosa para o lado da Universidade:

“Há tentativas, mas não consolida respostas assertiva. Como? No Currículo do curso de Pedagogia há disciplinas que professores formados em outras áreas, (Ciências, Geografia, História, Português)..(S,01 C)”

Nesse sentido, mostrou-se seu grau de compromisso com os acadêmicos, deu para refletir que a compartimentalização das disciplinas e formação dos professores dificulta esse processo.

Um dos grandes desafios da escola hoje em dia é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, foram baseados nessa idéia que a décima sexta questão foi elaborada: Se no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia está preparando os professores para um multiculturalismo numa perspectiva de resgate a uma nova visão de cultura. Quando se diz nova, é investindo na superação de qualquer tipo de discriminatória,²⁰ valorizando a trajetória dos grupos que compõe a sociedade.

Barreiros e Morgado (2002, p.97), no seu artigo Multiculturalismo e o campo do currículo no Brasil - um estudo sobre a multieducação, abordam que:

“Na escola, o/a aluno/a convive com uma multiplicidade de manifestações culturais: as identidades. Porém, não adquire na sua formação geral, uma postura multicultural, o que lhe permitirá criar formas solidárias de vivência numa sociedade plural.”

Os autores argumentam que nas escolas brasileiras os cotidianos, em diversos contextos, comportamentos preconceituosos, que fragmentam relações, isolam grupos.

Acredita-se que foram com essa perspectiva que dez sujeitos da 4ª série responderam não, e somente três sujeitos responderam:

²⁰ -Quando foi referenciado “discriminação”, nos textos anteriores, foi referindo-se às questões de múltiplas etnias, culturas, preferências sexuais, linguagens, etc

“Muito precariamente (S-1)”

“Acredito que uma sementinha foi jogada, mas precisamos nos aprofundar mais. (S-2)”

“Tenta, mas ainda falta melhorar muito, principalmente por parte dos alunos que devem dar maior significação à cultura. (S-9)”

Já para a turma do 3º ano, 6º período, percebe-se que na sua formação houve certo conhecimento sobre o assunto:

“Compreendo que está quando oferece a disciplina Antropologia (S-1)”

“Sim satisfatoriamente (S-2)”

“Sim, desde o início todos os professores dão ênfase às disciplinas e que nos devemos estar aptos para trabalhar com elas (S-4)”

Dando entendimento que o/a professor/a reconheceu a importância do trabalho coletivo, como também a difícil tarefa de realizá-lo. Já com a turma da 4ª série todos responderam” não”, inclusive o professor e o coordenador

Essa dificuldade em contemplar a diversidade na prática pedagógica indica a real necessidade de reformulação na formação desse profissional de educação, justificando assim o redimensionamento da matriz curricular das turmas subsequentes a esta, que já relatamos anteriormente.

Conforme as autoras (op.cit,p.98):

“ A postura multicultural é um desafio, podendo ser apresentada como um processo inacabado, em constante transformação, um exercício diário - pela própria dificuldade de conviver com distintas identidades, mesmo sabendo-se que as mesmas estão presentes, direta ou indiretamente, nas nossas vidas. Seja na escola, ou em qualquer outro espaço social, nos deparamos com as mais variadas identidades, o que leva a reelaborar nossa identidade, num processo de hibridação.”

Para elas, no âmbito educacional, já se vê uma manifestação de revalorização da idéia de cultura, num resgate da dimensão simbólica e afetiva, na intenção de compreender esses processos identitários, gerando o caráter amplo e plural da noção de

cultura. Nessa perspectiva, contemplar a pluralidade dos fenômenos educacionais implica redimensionar noções fundamentais sobre cultura, construindo propostas curriculares emancipatórias, que incorporam elementos culturais que possibilitam a formação de indivíduos críticos.

Quando se fala em redimensionar noções fundamentais sobre cultura, retoma-se aqui a um dos objetivos de nosso questionamento²¹ dessa investigação que gerou uma grande polêmica para uma equipe de profissionais que atuam na área educacional.

Acredita-se que para construirmos uma postura crítica por meio do currículo e do compromisso docente, questionando e transformando práticas excludentes e homogeneizantes é possível.

A perspectiva cultural crítica na formação docente pode representar uma via, na qual os futuros professores estariam sendo preparados para atuar em sociedades multiculturais, desafiando preconceitos e dispor de uma apreciação da pluralidade cultural às futuras gerações (Canen, 1997)

Para iniciar a discussão sobre a diversidade de manifestações culturais refletiremos sobre cultura. De acordo com os PCNs(1997,p.121):

“As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos etc[...].”

Entende-se que essas relações entre diferentes grupos geram outros subgrupos, com costumes e objetivos próprios, dentro de uma mesma sociedade. Assim sendo, diferentes culturas podem conviver dentro de uma mesma sociedade.

Se diferentes culturas convivem dentro de uma mesma sociedade, devemos então saber respeitar essas diferenças culturais, inclusive de manifestações culturais. Foi com esse objetivo que a décima sétima questão foi abordada, se na sua comunidade acadêmica eles estão sendo orientados a trabalhar essas manifestações.

²¹ Questionando-se: que benefícios acadêmicos a Secretaria de Educação teria em proporcionar ajuda e/ ou licença aos mestrados em Gestão Profissional em Patrimônio Cultural, sendo que educação e cultura têm significados e objetivos diferentes?

Para a turma do 3º ano, 6º período, pelo visto estão estabelecendo de fato a construção de conhecimentos multiculturais, pois as sociedades e culturas não são iguais, cada grupo, cada povo tem sua história, a sua identidade, a sua memória e é através do conhecimento das várias culturas que o Patrimônio Cultural será preservado e /ou resgatado, sendo que, pelas suas respostas estão acontecendo através do ato pedagógico, as respostas foram:

“Está trabalhando disciplinas como a Lingüística e a Antropologia. (S-1)”

“Sim. Em todas as disciplinas os professores permeiam as aulas com discussões bem aquecidas sobre diversidade cultural. (S-2)”

“Sim, trazendo casos vividos por educadores em sala, mas não como disciplina na Universidade. (S-3)”

“Sim, através de debates, teatros e apresentações de músicas, poemas, etc (S-4)”

Apesar de algumas respostas que levam a crer que o processo ainda está em construção:

“Mais ou menos. Às vezes, isso pode ser visto em algumas apresentações por alguns alunos. (S-5)”

“Parcialmente através dos colegiados, através do movimento estudantil. Mas penso que tudo isso ainda está num processo de gestação. (S-6)”

A prática pedagógica constitui um campo específico de conhecimento que trabalha com uma multiplicidade de dados e conceitos fornecidos por outros campos de conhecimento. O tratamento pelo professor de questões sociais atuais não exige uma formação de especialidade em cada uma delas. Entretanto é fundamental que a formação possibilite a compreensão das questões, dos debates atuais sobre elas inclusive sobre a cultura. Percebe-se na turma da 4ª série existe um início de trabalho, mas não sistemáticas eis algumas respostas:

“Não muito. Há pouca abordagem do tema (S-5)”

“Não em todos os momentos (S-7)”

“Não está sendo bem trabalhada, mas na História do Brasil estudamos estas manifestações através de leituras realizadas. (S-8)”

“Às vezes. Com apresentações culturais, dança teatro. Mas há muito a desejar (S-9)”

“Algumas vezes. Através de danças, apresentações culturais... mas não é suficiente(S-12)”

O futuro professor para poder dar conta de trabalhar com essas questões que na verdade são transversais, uma vez que permeiam toda prática educativa da educação infantil e do ensino fundamental, precisa conhecer a temática sobre as diversidades culturais brasileiras.

A partir do momento em que o professor domine esse conteúdo, cabe à escola cumprir seu papel, a escola precisa aprender, para propor situações de aprendizagem dentro do contexto Patrimônio Cultural. Aparecendo assim o currículo, é o conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas e que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, sendo, portanto, revisados constantemente.

No Currículo, o compromisso político do professor materializa-se em sua participação nos processos de seleção, organização, distribuição e hierarquização do conhecimento escolar nas relações sociais que auxiliam a estabelecer na escola e na sala de aula, bem como em seus esforços por desocultar o currículo oculto (são todos os aspectos do ambiente escolar que contribui para a aprendizagem e que não faz parte do currículo oficial) e fazê-lo funcionar. Foi nesse contexto que a décima oitava questão foi abordada, questionando se os acadêmicos têm discutido a diversidade cultural na sua seleção de conteúdos na sua prática diária, principalmente o que não está no currículo oficial, ou seja, o que está oculto.

Para a da 4ª série, somente dois sujeitos responderam “sim”, os restantes responderam “não”. Na turma do 3º ano 6º período somente dois sujeitos não estão atuando ainda na docência, os restantes responderam” sim”, um sujeito demonstrou o seu grau de compromisso com os alunos, respondendo não ter ainda domínio com esse tema:

“Não, considero que precisa de mais conhecimento para encaixar esse tema na minha seleção (S-5)”

Quando se fala em riqueza cultural e étnica do nosso país, retoma-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que foi introduzido com a promulgação da L.D.B. - 9394/96, objetivando ampliar e aprofundar um debate educacional que envolva escola, país, governos e sociedade para dar origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro.

Sabe-se que a sociedade brasileira não constitui uma cultura uniforme e homogênea. Entre o próprio povo brasileiro e seus respectivos espaços de vivência são observadas as diferenças sociais e/ ou culturais no que se refere e compreende a maneira de falar, vestir, comer, morar entre outras diversidades de tendências, idéias, crenças, sistemas de pensamento, valores, hábitos e tradições.

Portanto, quando paramos para analisar a diversidade cultural brasileira, perpassam em nós os mais diferentes questionamentos no sentido de compreendermos a diversidade das culturas que aqui convivem e buscam o reconhecimento de suas especificidades.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação foi que aprovou os Parâmetros Curriculares Nacionais que obrigam as escolas a oferecer princípios étnicos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum. Se as escolas têm por parâmetro esses princípios, acredita-se que em dez anos de referencial os acadêmicos definem bem esses conceitos. Foi pensando nesse contexto de riqueza cultural que a décima nona questão foi elaborada, o objetivo foi saber qual a sua definição sobre a riqueza cultural e étnica do nosso país?

As respostas do 3º ano, 6º período foram positivas, demonstrando que o grau de debates e reflexões á respeito do tema que está sendo bastante desenvolvido, algumas superaram os questionamentos dizendo sobre a valorização:

“É grandiosa devido à diversidade das raças que compõem nosso país é espetacular (S-1)

Como um espaço oportuno para se educar para a humanidade. (S-2)”

“E maravilhosa. Através das diferenças de cada estado, todos se divergem em vestimenta, fala e modo de agir. Isso é riqueza. (S-3)”

“O Brasil é país com uma riqueza cultural e étnica muito grande e podemos percebê-las através das culturas regionais. (S-4)”

“Considero o Brasil um país bastante heterogêneo no que se refere às etnias e também ao aspecto cultural, pois as diversas regiões, pois apresentam culturas bem diferenciadas. (S-6)

O Brasil é um país constituído por diversas raças e cada uma trouxe uma cultura que somada produziu uma riqueza cultural, que deve ser estudada e valorizada. (S-7)”

O mesmo aconteceu com a turma da 4ª série. Percebe-se que este tema foi bastante debatido pelo nível de respostas:

“O Brasil é um país riquíssimo culturalmente, devido à diversidade de povos e culturas. (S-1)”

“A riqueza cultural é nossa, é muito rica, devendo ser valorizada por todos. (S-7)”

“O nosso país tem uma diversidade cultural muito rica e valorizada por poucos. A pluralidade cultural e étnica é imensa. (S-13)”

“Preconceituosa (S-6)”

Outros se voltaram para a cidadania, preocupando-se com as diversidades existentes na sociedade e principalmente ao combate à discriminação:

“Necessária, mas deve haver conscientização dos nossos alunos para quebrar os preconceitos existentes. (S-8)”

A problemática que envolve a discriminação étnica, cultural e religiosa é um trabalho de construção, no qual o envolvimento de todos é essencial. Dá-se pelo respeito de todos, contribuindo na direção do entendimento da construção de identidade e da história, pelo conhecimento das diferentes comunidades e grupos humanos que formam o Brasil em suas próprias identidades e histórias.

Quando se fala em identidade e história fala-se em memória, a vigésima questão abordou a questão da memória, como os acadêmicos analisam a sociedade quando se fala em memória de nossa cidade.

É através da memória que a identidade social é preservada, é ela que armazena as informações, os conhecimentos, as experiências, tanto em nível individual como social ou coletivo.

De acordo com Ataídes, et ali (1997, p.16):

“A memória é, então um elemento essencial da identidade. A falta ou a perda da memória coletiva nos povos e nas nações provoca perturbações graves na identidade coletiva.”

“A memória coletiva é histórica é, assim, importante para o sentimento nacional, para a consciência de classe, para a preservação da cultura e da identidade de um povo.”

E pelas verbalizações dos sujeitos do 3º ano, 6º período, a nossa identidade não está sendo bem gerenciada pelos gestores do patrimônio, (atualmente a do município de Anápolis está sendo gerida através da Secretaria da Cultura):

“Está bastante alheia a esta temática devido à ausência da formação em “Patrimônio Cultural” a começar pela Educação Básica. (S-1)”

“Muito fraca. É preciso que os profissionais da área se preocupem mais com esta questão. (S-2)”

“A memória é bem pouca. Não muito explorada, quando deveria ser bem discutida. (S-3)”

“Pouco se conhece da memória, apenas se sabe quando a cidade possui museu, centro histórico etc(S-5)”

“No geral a memória cultural está ligada apenas a datas comemorativas (S-8)”

Sabe-se que a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu ethos cultural e de sua cidadania.

Nessa perspectiva, o patrimônio histórico-cultural se reveste de grande importância para o país por lidar com o substrato da memória, que, por sua vez, constitui elemento essencial para a construção da cidadania cultural.

Para a turma da 4ª série, as respostas foram parecidas:

“Tirando por base, a mim mesmo, sei muito pouco sobre minha cidade (S-1)”

“Que em geral não se nota muita preocupação sobre memória, pois os jovens de hoje estão tão “modernos”, que não relacionam o patrimônio com a cultura (S-2).”

“Praticamente analfabeta. As pessoas parecem viver mais hoje e a espera do futuro, enterra o passado. Uma sociedade sem passado. É uma sociedade sem identidade (S-9).”

“Nós não sabemos a história da nossa cidade (S-10)”

“Quase sem memória (S-12)”

“A memória não é preservada, e sim sucateada, nos deparamos com documentos importantes que são descartados como montes de papel. (S-13)”

Sendo essas as verbalizações, confirmaram o que foi discutido nos capítulos anteriores a respeito da falta de compromisso dos governantes em preservar a memória de nossa cidade.

Reforça-se aqui, a necessidade de mudanças significativas na organização educacional em relação à sensibilização de salvaguardar nosso patrimônio.

Para tanto, como é nas Instituições em que o ensino sistematizado acontece, se faz necessário acrescentar conteúdos que envolvam as questões patrimoniais para se possa no futuro próximo formar e capacitar os futuros gestores do município (acredita-se que ao longo das atividades profissionais, muitos desses sujeitos direcionar-se-ão para a vida política), dando condições para compreender a realidade e participar das relações sociais, políticas e culturais do município, que para o enfoque, o essencial é a preservação da memória.

Se não há preservação, ocorre a perda da identidade cultural o que significa o fim de um povo. É com a conscientização da sociedade e do poder público que desenvolvemos a sensibilidade diante da importância dos bens culturais, que muitas vezes são destruídos como o relato do último sujeito, que neste caso pode-se denominar memória (documentos escritos).

Foi nesse contexto que a vigésima primeira questão foi abordada, pois a arqueologia pode ser descrita como forma ampliada de reconstruir a História, aliando, para atingir este objetivo, vertentes diferenciadas de fontes.

De acordo com Hirata, et ali (1989, p.12):

“[...] valem-se dos artefatos em geral os testemunhos involuntários, das próprias marcas impressas na paisagem pelo homem, ao trabalhar os recursos naturais e também, quando existem, dos documentos escritos os produtos intelectuais...”

Nesse sentido, foi questionado o que os alunos entendem por Arqueologia. Alguns sujeitos do 3º ano, 6º período, demonstraram parcialmente conhecimento do tema:

“Um ramo da Antropologia que se dedica a escavação para análise de patrimônios culturais materiais (S-1)”

“Arqueologia é um ramo da Antropologia e que estuda a história através de fósseis, escavações, monumentos etc (S-4)”

“Arqueologia é a ciência que estuda os documentos e ou objetos preservados ao longo da vida (S-7)”

Os sujeitos da 4ª série demonstraram total desconhecimento sobre o assunto, cinco omitiram as respostas, alguns responderam:

“Não exatamente o significado (S-1)”

“Quase nada (S-2)”

“Estudo de coisas antigas, dinossauros (S-13)”

A vigésima segunda questão foi relacionada qual a importância da arqueologia com o Patrimônio da sua cidade? Para os sujeitos do 3º ano, 6º período, reforçaram o desconhecimento sobre o assunto:

Compreendo que não é tão relevante visto que aqui não possui tantos resquícios materiais (S-1)

Outro confirmou a falta de compromisso dos governantes em preservar nossa memória

“Através da Arqueologia podem-se construir valores e justificar práticas culturais. Em minha cidade pouco se relaciona esses dois itens, ou pelo menos quase não se ouve falar sobre eles. (S-2)”

Mas, alguns demonstraram interesse em preservar a memória e comprometimento com o amanhã.

“A arqueologia vai fazer com que esse patrimônio seja estudado, registrado para que não se perca na memória do povo. (S-6)”

“Ela é importante para se estudar a formação desta cidade (S-7)”

“As sociedades antigas compõem o reflexo do que somos hoje, logo, há traços que devem ser estudados para formar o que seremos amanhã (S-8)”

Os sujeitos da 4ª série, somente dois demonstraram certo conhecimento, seis omitiram as respostas e os restantes responderam “não conseguem responder”:

“Manter viva a história, fazer descobertas e ampliar conhecimentos. (S-7)”

“Conservar e preservar a memória da cidade, para futuras gerações. (S-8)”

Como podemos perceber através da investigação, os profissionais que irão atuar na educação e principalmente, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental não estão sendo preparados, no que se refere à questão do Patrimônio Cultural.

Após a realização da pesquisa, e no conjunto das respostas descritas, verificamos no seu contexto geral que o conhecimento sobre os temas propostos é muito vago, grande parte simplificou, deixando vagas suas conclusões ou respostas, houve grande parte dos que não nos responderam, podemos concluir que, na sua formação acadêmica eles não estão sendo preparados para estimular a produção de novos conhecimentos sobre a dinâmica cultural e seus resultados, incorporando-os às ações de identificação, proteção e valorização do Patrimônio Cultural.

Outrossim, ressalva-se quanto à questão da lacuna de muitos conhecimentos que na turma da 4ª série foi detectado, estavam amparados na Lei nº 5692/71.

Pelos questionários realizados ficou implícito que há necessidade de se redimensionar os conteúdos do curso de Pedagogia, para que os futuros professores dominem seu conhecimento em relação ao Patrimônio Cultural, a atual matriz curricular não contempla a questão da Educação Patrimonial.

Por outro lado, através de nossas reflexões, temos um referencial nacional que nos auxilia na execução de nosso trabalho que são os Parâmetros, que objetivam contribuir para a qualidade do Ensino Fundamental. Foram elaborados de modo a servir de referencial para o trabalho, respeitando a concepção pedagógica própria e a pluralidade cultural brasileira, podendo ser adaptados à realidade de cada região e que não esta sendo abordados pelos meios acadêmicos.

Acredita-se que através dos temas transversais em especial os que se referem à pluralidade cultural poderão inserir o tema Patrimônio Cultural, especialmente os Parâmetros relativos à história, há orientação para o uso de fontes primárias, tais como objetos dispostos em museus, sítios arqueológicos, documentos, plantas, fotografias etc. (BRASIL, 1988, p.77).

O tratamento pelo professor de questões sociais atuais, como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, não exige uma formação de especialista em cada uma delas. Entretanto é fundamental que a formação possibilite a compreensão das questões, dos debates atuais sobre elas e das diferentes posições que estão em jogo na sociedade. Espera-se que o educador tenha consciência dos valores e concepções que transmite em suas aulas, em seu relacionamento com os alunos e outros integrantes da comunidade escolar e que compreenda como se articulam com a questão da cidadania.

Outro fator que foi avaliado, quanto à questão da interdisciplinaridade que foi abordado em duas questões, mas com nomenclaturas diferenciadas, foi em relação à

integração entre as disciplinas e as respostas foram evasivas, possibilitando supor que não há uma relação entre as disciplinas.

Sabe-se que a interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles - questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. Refere-se, portanto, a uma relação entre as disciplinas. Portanto, como na ementa há disciplinas que poderão estabelecer relações de integração, espera-se que a Universidade propicie aos acadêmicos a oportunidade de compartilhar esses saberes em relação ao Patrimônio Cultural.

Quanto às questões sobre multiculturalismo, diversidade cultural e étnica que, para nosso enfoque é de muita contribuição, as respostas não foram favoráveis. Evidentemente eles devem ter tido conteúdo relacionado à Disciplina de Antropologia, mas pelo visto o olhar não foi para o Patrimônio Cultural, para as diferenças étnicas - culturais, para a interculturalidade, onde eles irão descobrir elementos culturais externos que revitalizem a sua própria cultura.

Como nosso objetivo inicial dessa investigação foi em relação aos profissionais que trabalham em educação em não saber relacionar educação com cultura que esta pesquisa foi iniciada. Questionou-se então, que a formação dos profissionais que irão e/ ou atuam na educação não tiveram sua formação para esse entendimento. Sendo, portanto, primordiais que se elaborassem questões em relação à memória e patrimônio de nossa cidade.

Assim, analisando as respostas dos sujeitos em relação a esses temas, reforça-se o questionamento em relação à formação dos profissionais, pois foi unânime o relato da ausência de ações dos gestores municipais em sensibilizar a toda comunidade o conhecimento de seu patrimônio, assim, como o resgate de sua memória, salientaram também a necessidade de se preocuparem mais com esta questão.

Partimos da nossa própria concepção de que para a formação da consciência educativa do aluno em relação ao Patrimônio Cultural, o caminho deve ser inicialmente trilhado pelo professor. O papel do professor neste processo é primordial, porque nos leva a classificá-lo como fio condutor importante no contexto da educação escolar.

Sendo então, o professor o agente deste processo educativo, é o sujeito que direciona a ação de educar ou o co-facilitador da aprendizagem, daí a necessidade de capacitá-lo para sensibilizar toda comunidade, inclusive a escolar em relação às questões

de memória, cultura, patrimônio e identidade, enfim tudo relacionado ao Patrimônio Cultural.

Será abordada no próximo capítulo uma proposta da inclusão do Tema: Educação Patrimonial no currículo do curso de Pedagogia oferecido pela Universidade.

Estamos convictos, de que, a proposta de inovação da Ementa do curso de Pedagogia, oferecido pela Universidade Estadual de Goiás será vista com bons olhos pela equipe técnica da Instituição.

4. PROPOSTA DA INCLUSÃO DO TEMA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA MINISTRADO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

4.1 Discutindo a Matriz Curricular na Perspectiva da Preservação Cultural

Uma sociedade que se quer múltipla e democrática necessita aprender a discutir, argumentar, construir coletivamente. Sendo que, é através da educação formal que iremos resgatar os valores culturais da humanidade, os atores precisam adquirir novas competências profissionais para esse resgate.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96)-surgiu como decorrência da Constituição de 1988. Depois de oito anos de idas e vindas no Congresso Nacional, sua aprovação e promulgação acarretou novas exigências, cuja repercussão já se faz sentir no cotidiano das escolas, embora nem todos os profissionais da educação tenham tido a oportunidade de debatê-la exaustivamente.

Não pretendemos aqui aprofundar na Legislação Educacional, porque foge ao escopo desta pesquisa, mas é importante salientar que, com a L.D.B. várias inovações foram propostas, para o nosso objeto de estudo a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)²², dentro das propostas de temáticas transversais, foi um referencial que introduziu de uma maneira clara a pluralidade cultural- sinônimo de diversidade - correspondente às características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional.

Assim os textos dos PCNs sobre pluralidade cultural representaram um avanço considerável ao ensino superior rumo ao tratamento eficaz da questão, mas devem ser analisados sob uma perspectiva crítica em relação a formação do professor, através desta investigação percebe-se que não está sendo trabalhado esse conteúdo de forma que os professores tenham um entendimento em relação ao reconhecimento da diversidade das culturas existentes e principalmente em relação à preservação.

A própria história mostra, no seu percurso, a importância de transmitir os conhecimentos de uma geração a outra como garantia mesmo da nossa sobrevivência enquanto espécie, e que as sociedades humanas, nos diversos momentos da sua trajetória, criaram formas de garantir essa passagem.

Levando em consideração as condições do processo ensino-aprendizagem, em especial a situação do professor, é necessário investir constante e significativamente na valorização do educador, pois a escola do amanhã é o desafio do presente.

Neste sentido é que a Educação Patrimonial, como forma de desafio poderá refletir sobre as implicações das visões sociais que o currículo oficial produz, e a que

²² -A elaboração dos PCNs iniciou-se a partir de estudos e propostas curriculares de Estados e Municípios Brasileiros, feitos pela Fundação Carlos Chagas sobre os Currículos oficiais e também a partir de experiências e informações relativas a outros países. Ver (BRASIL,1997,p.17)

relações ele está vinculado em nossa sociedade no currículo de formação dos professores, dando condições de investir na superação da discriminação enfatizando o conhecimento da riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro.

Dessa forma, é através da educação que serão traçadas novas estratégias para a preservação do patrimônio, sendo que a escola também precisa rever suas práticas, compreender melhor a realidade, respeitar as diversidades existentes. Como fica esse profissional que não se apropriou desses novos valores em sua formação acadêmica?

De acordo com Oliveira (1996, p.23):

“O nosso desafio enquanto educadores está na defesa de uma educação que possibilite a humanização do homem (objetivação, sociabilidade, consciência universalidade e liberdade), as quais se constituem, dentro de uma concepção histórico - social de homem em valores máximos para a sociedade possivelmente humana ainda existente.”

É a formação desse homem, a nossa contribuição para a transformação e realidade cruéis, na qual a participação de todos constitui importância vital.

No sentido da formação política e o trabalho do professor, Fernandes (1992, p.13e37), aponta:

“[...] agente da pura e simples transmissão cultural, elemento de mediação na cadeia interminável da dominação política e cultural, calibrado numa atitude de neutralidade ética, em que se separam o cidadão, o cientista e o professor, mas que necessita identificar-se com os outros degradados num posicionamento político exemplar, que não pode amparar-se em retalhos das ciências sociais e políticas e exige dele, o educador, a redefinição de suas relações com a escola, com o meio, com os conteúdos do ensino, com os estudantes, numa crítica reflexiva, que articule a consciência da situação com a ação prática modificadora.”

Para que o professor redefina sua relação com a escola, demanda um professor comprometido, um professor empenhado no aperfeiçoamento e sua prática, pois a escola que propomos seria um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, pois é

considerada como lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos variados, com visões de mundo das mais diversas.

E é através da educação escolar que o processo prático, serve como espaço para discutir referências culturais para se fazer novas leituras e traçar novas estratégias, inclusive da preservação do Patrimônio Cultural.

Falar sobre Patrimônio Cultural é refletir os conceitos básicos de cultura, bens culturais, patrimônio material e imaterial. Nas nossas modernas sociedades ficam reservadas à Escola grandes parcelas do ensino reconhecido socialmente como tal. E sabemos que só há ensino quando há intenção de aprendizagem, e que a aprendizagem, ou a condição dela, é que aparece como conteúdo de inscrição genética no instinto humano.

Valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade, como também a preservação de prédios e espaços históricos e outros elementos relacionados com a memória da nossa sociedade.

A palavra curriculum, de origem latina, significa o curso, a rota, o caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas. Curriculum, termo empregado em educação, significa a organização de atividades que serão realizadas pelo professor e seu grupo de alunos.

O currículo educacional representa a síntese de conhecimento e valores que caracterizam um processo social expresso pelo trabalho pedagógico no espaço concreto da sala de aula, sob a orientação de um professor.

O currículo²³ pode ser interpretado como um produto elaborado por especialistas, a partir de diretrizes, visando a uma programação das atividades de ensino que direcionam os alunos para atingir comportamentos desejados e pré-determinados.

De uma maneira geral não se pretende aqui percorrer a história do currículo como campo de investigação, principalmente da sociologia da educação, nem de buscar as linhas teóricas que o constituem e sim refletir sobre como está sendo a formação dos professores para cumprir o disposto na Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir da qual se elaboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais que orientam as escolhas dos conteúdos curriculares nas nossas escolas.

Como afirma Silva (2001, p. 86),

“... tornar a própria escola um ambiente mais democrático e igualitário é um objetivo tão legítimo quanto o de usá-la como

²³ Currículo - Para uma discussão sobre o assunto, consultar Alonso (1994)

instrumento de transformação da sociedade. E de certa forma, melhorar a escola e o currículo significa, por si só, transformar a sociedade.”

A escola precisa aprender, para propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental do Patrimônio Cultural em nossa sociedade e, com isso, no “currículo” oculto, proporcionar concepções diferentes para patrimônio histórico definindo em três grandes dimensões: natural ou ecológico, histórico-artístico e documental.

Nesse sentido, há o esforço de preservar, como patrimônio: o meio ambiente; os conjuntos urbanos; os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; as obras, os objetos, os documentos, as edificações, as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as formas de expressão; e os modos de criar, fazer e viver.

O currículo vivenciado pelos alunos vai além dos conteúdos escolhidos para serem ministrados pelos professores. A existência, na experiência escolar, de um “currículo oculto²⁴”, ao lado do currículo oficial, está confirmada por vários estudos sobre o Tema.

O conceito de “currículo oculto” como o conjunto de experiências não explicitadas pelo currículo oficial nos permite ampliar a reflexão da ausência de reflexões educativa sobre a preservação do Patrimônio Cultural.

Segundo Santomé, (1995, p.59) “aprendemos na escola não só aquilo que está determinado pelo currículo legalmente estabelecido, mas também aquilo que está presente em seu currículo oculto”, cabendo à escola uma grande parcela do processo de socialização das novas gerações.

Mas afinal, o que é o currículo oculto? O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, e forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes.

Quais são esses aspectos e quais são essas aprendizagens, ou seja, o que se aprende no currículo oculto e através de quais meios.

Segundo, Silva (2001, p.78), numa perspectiva crítica:

²⁴ Currículo oculto - Consultar Silva (1999)

“O que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações que permitem que crianças e jovens se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e às pautas de funcionamento, consideradas injustas e antidemocráticas e, portanto, indesejáveis, da sociedade capitalista.

E numa perspectiva mais ampla: “... aprendem-se, através do currículo oculto, atitudes e valores próprios de outras esferas sociais, como, por exemplo, aqueles ligados à nacionalidade” (Silva, 2001, p.92).

Observamos que uma das fontes do currículo oculto é constituída pelas relações sociais da escola: as relações entre professores e alunos, entre a administração e os alunos, entre alunos e alunos e outro componente é através a organização do espaço escolar.

Resumindo, o currículo oculto cumpriu um papel importante no desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre o currículo, ele condensa uma preocupação sociológica permanente com os processos invisíveis, com os processos que estão ocultos na compreensão comum que temos da vida cotidiana, além de expressar uma operação fundamental da análise sociológica, que consiste em descrever os processos sociais que moldam nossa subjetividade como que por detrás de nossas costas, sem nosso conhecimento consciente, acreditamos que não existe mais muita coisa oculta no currículo.

Visões alternativas sobre o conceito de currículo são apresentadas a seguir, nesse sentido, teremos que ter vários aportes para as considerações finais:

De acordo com Sacristán, (2000, p.46):

O currículo aparece, assim, como o conjunto de objetivos de aprendizagens selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas acomodações.

Para Silva, (2001, p. 78):

“O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes comportamentos, valores e orientações...”

Já para Forquim, (1993, p.22) o currículo é:

“... uma abordagem global dos fenômenos educativos, uma maneira de pensar a educação que consiste em privilegiar a questão dos conteúdos e a forma como estes conteúdos se organizam nos cursos.

Um currículo escolar é primeiramente, no vocabulário pedagógico anglo-saxão, um percurso educacional, um conjunto contínuo de situações de aprendizagem às quais um indivíduo vê-se exposto ao longo de um dado período, no contexto de uma instituição de educação formal (...) O currículo, escreve pó seu lado P.W.Misgrave(1972), constitui na verdade um dos meios essenciais pelos quais se acham estabelecidos os traços dominantes do sistema cultural de uma sociedade, no mínimo pelo papel que ele desempenha na gestão do estoque de conhecimentos de que dispõe a sociedade, sua conservação, sua transmissão, sua distribuição, sua legitimação, sua avaliação.”

Nos trechos acima, alguns aspectos merecem ser destacados. Pode-se analisar que há várias visões do currículo e percebe-se que os currículos transcendem os guias curriculares. Não é um conjunto de objetivos, conteúdos, experiências de aprendizagem e avaliação, não lida apenas com o conhecimento escolar, mas com diferentes aspectos da cultura e a seleção e procedimentos que compõem o currículo é um processo político.

Toda educação supõe sempre uma seleção de aspectos de cultura a serem reconstruídos com as novas gerações. Como não há um tecido cultural uniforme e imutável, a educação deve refletir a cultura e sua sociedade democrática é o fundamento de um currículo educacional.

A proposta, entre outras reflexões, é uma tarefa crucial no sentido da reformulação da Ementa do curso de Pedagogia, quando formam professores que irão atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. É nesta perspectiva que

aqui trataremos do assunto, isto é, na perspectiva da alteração da ementa do referido curso. Acreditamos que essa formação para a docência como capacidade de atuação educativa junto a indivíduos e grupos e, só aí, na referência aos cursos para esse objetivo direcionados.

No entendimento, o novo currículo do curso de Pedagogia, exatamente, deveria voltar-se à preparação do professor competente para provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.

Como pudemos ver nos aportes teóricos anteriores, a idéia e a importância de trabalhar nas escolas o tema Patrimônio Cultural da nação e das comunidades, para garantir a sua preservação, vem se intensificando no Brasil a partir dos anos de 1970, e na década de 1980. Quando a expressão Educação Patrimonial ganhou espaço com implementação e difusão de algumas ações educativas que têm proporcionado uma nova visão sobre Patrimônio Cultural.

O processo da construção de uma postura crítica ao patrimônio e a sensibilização para o patrimônio não é construída com ações eventuais ou discursos isolados: o processo de significação ou atribuição de valor sobre a produção cultural de uma comunidade implica um trabalho contínuo e sistemático, percebe-se que necessariamente terá que haver uma mudança no currículo do curso de Pedagogia para que esse trabalho não fique só com alguns cursos ou projetos nas escolas. Ele tem que ser contínuo e sistemático para que os objetivos sejam alcançados.

É necessário que aprofundem o discurso para alterar a Ementa do curso de Pedagogia sensibilizando para a importância da Educação Patrimonial pelos seguintes motivos:

- É pelo reconhecimento da diversidade cultural e pela difusão da Educação Patrimonial que podemos promover a preservação do Patrimônio Cultural e a formação das crianças e jovens em prol desta meta;
- É tarefa da Educação Patrimonial dar sentido e promover o patrimônio cultural, consolidar os objetos e produtos da criação humana, portadores de sentidos e dotados de significados dados pela sociedade que os criou, e, assim, valorizar o modo de vida de sociedades passadas e presente.
- É o trabalho de Educação Patrimonial no contexto das escolas, no nível da educação infantil e do ensino fundamental, que poderá reverter esse quadro de desconhecimento dos valores culturais de um povo;

- É o trabalho de Educação Patrimonial, desenvolvendo sentimento de pertença nas gerações atuais que vai possibilitar a preservação e a valorização do patrimônio para as futuras gerações.
- É através da Educação Patrimonial que se irá enfatizar e avaliar o patrimônio cultural da região, propiciando, dessa forma, alternativas para a educação, seja ela formal e não formal.
- É através da Educação Patrimonial que se trata a cultura como um contexto de significações a ser compreendido e reconstruído, sendo uma ação que não se restringe ao trabalho com o bem cultural, mas procura desvelar o processo de produção cultural e o conjunto de significações ali presentes.

O trabalho de Educação Patrimonial, na visão pedagógica para valorização do Patrimônio Cultural, deve ter como objetivo promover mudanças substanciais na prática cotidiana do professor, na vivência dos alunos e conseqüentemente no seio da sociedade.

Nesta premissa da Educação Patrimonial, seria um objetivo da escola desenvolver a tomada de consciência na construção do conhecimento para a promoção do resgate e da valorização da memória local, regional e nacional.

Indica-se a introdução no currículo do curso de Pedagogia oferecido pela Universidade Estadual de Goiás, o Conteúdo sobre Educação Patrimonial, que poderá ser introduzida em três etapas. Ressalta-se que, a partir da nossa investigação ficou implícita essa omissão do tema "Patrimônio Cultural", que deve ser trabalhada a partir da especialização, ou seja, pela formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino direcionado e comprometido com essa aprendizagem.

► A primeira etapa, que poderá ser de elaboração de um "Projeto", que terá como objetivo de expandir para toda a comunidade acadêmica a importância da preservação do Patrimônio Cultural. Foi considerando toda a comunidade acadêmica, pois, de acordo com a investigação, em que foi verificada a ausência do conhecimento do tema, terá que ser iniciado com a equipe técnica uma explanação da Metodologia que é utilizada na Educação Patrimonial.

Neste projeto poderá seguir a visão conceitual de que Educação Patrimonial é um conjunto de ações, com metodologia própria que promove o conhecimento sobre os bens culturais e que permite o acesso direto aos objetos culturais propiciando atitudes de preservação, levando-se em conta a necessidade de preservar e a necessidade do envolvimento da população na preservação do patrimônio material e imaterial existentes.

Nesse sentido é importante ressaltar que a Universidade poderá contar com a equipe técnica do IPHAN²⁵, da Coordenação do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural e conseqüentemente, da investigadora para a Assessoria na elaboração e execução desse projeto.

Como será um trabalho inovador cabe também a parceria aos órgãos de governo, sendo que a responsabilidade de investir nessa luta de preservar o Patrimônio Cultural e salvaguardar a Memória dos homens é dos órgãos do governo. Portanto, cabe à Secretaria Municipal da Cultura do Município e do Estado, capacitar pessoal e planejar em seu organograma de trabalho uma dotação orçamentária, para empreenderem ações elementares de conservação e de preservação ao Patrimônio Cultural.

► A segunda etapa sugere que terá que ser com as alunas que irão cursar o do 4º ano, 7º e 8º período em 2007 e, conseqüentemente terminarão o curso no segundo semestre de 2007. Para que os mesmos não saiam dos cursos desinformados e completamente despreparados em relação a esse tema, a Universidade poderá proporcionar dentro das Atividades de Enriquecimento e de Aprofundamento (A.E.A.), que têm como objetivo proporcionar Atividades a serem desenvolvidas (disciplina, oficina, colóquio, relatos de experiências, pesquisa), o tema proposto, pois, a ementa e a bibliografia básica e complementar são de iniciativa da unidade.

Esta atividade poderia contemplar ao conteúdo de Patrimônio Cultural, uma vez que já está regulamentada na Matriz Curricular, é a própria equipe que elabora e aprova. Essa seria uma forma de preencher, minimamente, a lacuna desses estudantes, que já estão se formando, em relação ao estudo do patrimônio cultural.

► A terceira etapa seria um redimensionamento da Ementa do Curso, com duas propostas, uma a curto e outra a médio / longo prazo:

A médio longo / prazo incluir uma disciplina intitulada “Educação Patrimonial” no currículo do curso. A inclusão de uma disciplina é um trabalho demorado, que demanda muito estudo além dos problemas burocráticos. As escolhas curriculares para a formação de professores devem sempre ser frutos de um conjunto de decisões anteriormente assumidas em função de princípio político - filosófico, da identificação, das exigências da sociedade para com a formação profissional.

A curto prazo acrescentar nas Disciplinas: “Educação e Diversidade” e /ou “Antropologia e Educação” uma unidade sobre o conhecimento e conservação do

²⁵ -IPHAN-Ver FONSECA, Maria C.L. O **Patrimônio em Processo**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ/Minc-IPHAN

patrimônio, levando em conta que a diversidade e multiculturalismo já estão incluído na ementa. Sendo um conteúdo que contempla as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, será oportuno acrescentar o conteúdo sobre Patrimônio Cultural.

Como a Antropologia, tematiza a dimensão cultural da vida humana, e a importância dos conhecimentos, símbolos, costumes, expressões, atitudes e valores dos adultos, crianças e jovens que se encontram e muitas vezes se confrontam na escola. O aprendizado de conteúdos antropológicos ajuda a compreender os entraves que muitas vezes se criam no processo de aprendizagem por conta de um descompasso entre a escola e as culturas. Sua perspectiva pede que o professor, na sua prática, busque o significado que a escola e as aprendizagens têm para os alunos, suas famílias e sua comunidade. Contribui especialmente para a adoção de uma visão pluralista de sociedade e para o desenvolvimento da capacidade de compreender o outro, base da ética, da autonomia, da solidariedade.

Por abranger a natureza social espera-se que essa dimensão cultural, social e política de embasamentos também possam trabalhar o Patrimônio Cultural que é constituído então de bens materiais e não materiais, enfim tudo que se refere à identidade, à ação, à memória de uma sociedade.

Propomos a inclusão dos temas relacionados à Educação Patrimonial, trabalhando conteúdos sobre conhecimento e conservação do patrimônio cultural de uma maneira abrangente.

Para tanto poderão ser inseridos no 4º ano, trabalhando nas Disciplinas Educação e Diversidade, e Antropologia e Educação, sugerindo-se os seguintes conteúdos:

O que é Patrimônio Cultural?; Identidade, Cultura e a Memória; A Cultura Material ou Imaterial e a Diversidade Étnica., Patrimônio Cultural: Problemas e Perspectivas; Elaboração de “Projetos”, sendo utilizado como referencial o Guia Básico de Educação Patrimonial.

A Universidade poderá estimular também nos trabalhos de conclusão de curso a investigação, pesquisa sobre temas relacionados com Patrimônio, inclusive um tema que está sendo muito utilizado é sobre patrimônio escolar²⁶, que aborda a materialidade da cultura escolar, partindo das noções de passado, memórias, recordações e dos conceitos de

²⁶ Ver mais-Pró-Posições - Revista da UNICAMP (2005)

cultura material, patrimônio e herança educativa, para inscrever as produções escolares como patrimônio material e imaterial, constituindo uma herança a preservar..

Diante deste novo trabalho, um retorno às prerrogativas de Horta et al (1999, p.6) que, define o que é a Educação Patrimonial.

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado do Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir das experiências e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial. Busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriando ação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável destes bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidades e cidadania.”

Sendo que o processo educativo, em qualquer área de ensino / aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional, levando-o à aquisição de novas habilidades e conceitos.

Ainda de acordo com Horta et al (1999, p.8), a Educação Patrimonial:

“Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva.”

Quando se diz que desperta nos alunos o interesse em resolver questões significativas para suas vidas, ressalva-se o reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades, valorizando a cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. Acreditamos que com essa inovação curricular não só a comunidade acadêmica mas

toda a comunidade anapolina será beneficiada, garantindo a preservação e valorização da sua memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de transformar nosso complexo sistema cultural exige múltiplas ações. As mais importantes são as capazes de provocar impacto significativo na concepção da cultura pela parte dos professores.

A idéia do desenvolvimento dessa pesquisa originou-se da busca de analisar o desconhecimento de técnicos e profissionais que atuam na área educacional em saber relacionar educação com cultura.

Percebe-se que, através desta investigação que a formação dos professores deixa a desejar quanto a esse tema, voltado para o Patrimônio Cultural e, principalmente o entendimento do que é realmente a cultura na visão global, objeto que não está sendo

trabalhado na formação dos professores, principalmente àqueles que irão trabalhar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e que, conseqüentemente refletem na caminhada profissional daqueles que já passaram por vários cursos e não tiveram um mínimo de formação sobre esse tema.

Nesse sentido é relevante repensar o currículo do curso, onde o profissional irá atuar na mais tenra idade, para que seu olhar ao Patrimônio Cultural seja irradiador da diversidade cultural.

Percebe-se a necessidade de um redimensionamento curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pela Universidade Estadual de Goiás, especificamente - Unidade Anápolis, que conseqüentemente irá ser revertido nas escolas, pois a escola é o *lócus* central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura, não apenas para reproduzi-la ou executar planos elaborados fora dela, mas para construir e elaborar a cultura, seja a cultura geral, seja a cultura popular, pois existe uma só cultura como obra humana (unidade humana na pluralidade dos homens).

Neste sentido exige-se um repensar no processo ensino/ aprendizagem em relação à preservação de qualquer bem, seja ele natural ou cultural, uma vez que um processo leva a outro.

O desafio, que – ao olhar do presente estudo - parece um dos mais urgentes para os educadores que atuam na docência, os técnicos que dão suporte às Secretarias de Educação e Coordenadores, é o redimensionamento da Matriz Curricular. Acreditamos que todos serão beneficiados com a inclusão da abordagem do tema “Patrimônio Cultural”.

Manifestações, saberes, monumentos, arquitetura, mitos, paisagem natural e cultural, multiculturalismo, diversidade entre outras expressões resultantes da relação homem / homem ou ambiente / ambiente, devem ser entendidas desde a educação infantil como parte de seu patrimônio e que por isso precisam ser por eles preservadas para conhecimento das gerações futuras.

Neste sentido foi que a Educação Patrimonial, como forma de desafio, poderá refletir sobre as implicações das visões sociais que o currículo oficial produz, e a que relações ele está vinculado em nossa sociedade no currículo de formação dos professores com ênfase ao patrimônio sociocultural brasileiro.

Pelo que foi analisado nos capítulos anteriores a legislação em vigor tem dado liberdade para as Instituições de Ensino para a elaboração do seu currículo, como também do conteúdo a serem trabalhados, sendo assim, a importância de se trabalhar na formação do professor esse multiculturalismo com enfoque ao Patrimônio Cultural, para que, quando

o professor for seleccionar os conteúdos, possa incluir esse tema sem receio de não dominá-lo (como foi detectado nas entrevistas realizadas).

Vivemos na era da globalização da economia e das comunicações, mas também numa época de acirramento das contradições inter e intra povos e nações, época do ressurgimento do racismo e de certo triunfo do individualismo. Dentro desse quadro da pós-modernidade que a escola precisa atuar em um cenário que coloca novos desafios para nós, educadores.

Gadoti (1998,p.79) questiona: que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos vinte anos para viver este mundo tão diverso?

Afirma que eles e elas necessitam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Salienta também que uma sociedade multicultural deve educar o ser humano multicultural, capaz de ouvir, de prestar atenção no diferente, de respeitá-lo.

Neste novo cenário da educação será preciso reconstruir o saber da escola e a formação do educador, o professor deverá promover o entendimento com os diferentes, respeitando e preservando a cultura.

Assim sendo, diante de nossas considerações e da perspectiva de alteração na Matriz Curricular do curso em estudo, apresentamos, no capítulo anterior, algumas sugestões, possíveis de serem gestadas.

Finalizando este trabalho, é importante mais uma vez que o mesmo pretende ser, uma contribuição aos futuros educadores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental para que eles possam sem receio de se trabalhar a diversidade/pluralidade cultural, memória, identidades locais e regionais, patrimônio cultural tangível e intangível, etnia, arqueologia e principalmente saber relacionar educação com cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; Chagas, Mário (org). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALONSO, Luísa G. e outros. **A Construção do Currículo na Escola: Uma Proposta de Desenvolvimento Curricular para o 1º Ciclo Básico**, Porto Editora, 1994.

AMOROSO LIMA, A. "A cultura brasileira e a Universidade". Separata do Documento nº 2. Conselho F.de Educação. Rio de Janeiro, dez/1963.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o IPHAN**. Rio de Janeiro: MincC/SPHAN/pró-Memória, 1987.

ARROYO, Miguel G. **Assumir nossa diversidade cultural**. In: Revista de Educação da AEC,N} 98, ano 25, Brasília, jan / mar de 1996, p.42-50.

ARRUDA, Rinaldo. **Levantamento- a contribuição dos estudos antropológicos na elaboração dos relatórios de impacto sobre o meio ambiente**. In CALDARELLI,S.(org.)**Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996,p.138-144.

ATAÍDES, Jesus, M.; MACHADO, Laís, A.; SOUZA, Marcos, André Torres. **Cuidando do Patrimônio Cultural**-Goiânia: Ed.UCG, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70,1997.

BARREIROS, Débora. MORGADO, Vânia. **Multiculturalismo e o campo do currículo no Brasil-um estudo sobre a multieducação**,in-OLIVEIRA,Inês

B.,SGARB,Paulo(orgs).**Redes Culturais, diversidade e educação**-Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia Oriente, 1978.

BEZERRA, Márcia de Almeida. **O australopiteco: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola**. Tese de doutorado. São Paulo. Doutorado em Arqueologia, MAE, USP, 2002.

_____.Educação [BEM] Patrimonial e Escola. In:NAJJAR, J. CAMARGO,S.(org) **Educação se faz (na) política**. Ed. da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2006

BOCALTO, Luiz Antônio Custódio-Diretor de Promoção do IPHAN (p.5)-**Guia do IPHAN**.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Editora,1994.

BORGES, Barsanufó G. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1990.

BORGES, H.C. **História de Anápolis**. Goiânia, Cerne, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1988.21. Ed.São Paulo: Saraiva, 1999.

_____.Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural** – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Versão preliminar para discussão nacional. Brasília: MEC / SEF, 1997c

_____.Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997 d, v.1.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**, Brasília: MEC/SEF, 1997 d, v.1

_____.LEI nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p.27833-41

_____.Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____.Secretaria e Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**. Calendário 2006: Meu Brasil Africano - Minha África Brasileira. Brasília, 2006.

CALDARELLI,S.(org)**Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996, p.138-144.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalismo e educação na América Latina**. In: Novamérica, n} 77, abril, 1998.

CANEN, A. **”Formação de professores e diversidade cultural”**.in: CANDAU,V.M.(org).*Magistério: Construção Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANEN, A. **Competência pedagógica e pluralidade Cultural.Eixo na formação de professores?** Cadernos de Pesquisa, n.102, p.89-107, 1997.

CANEN, A.& MOREIRA,A.M.A.(2002). **Multiculturalismo e Currículo em Ação: um estudo de caso.**Revista Brasileira de Educação,n 21.p.61-74

CERVOA. L. & BERVIAN P A.. **Manual para Normalização de Publicações Tecnológicos.** Belo Horizonte. M.G.ED.UFM, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais.** 2 ed.São Paulo: Cortez, 1998.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/UNESP,2001.

COELHO, Gustavo Neiva; Valva, Milena d' Ayala. **Patrimônio Cultural Edificado.** - Goiânia: Ed.da UCG, 2001.186p.:(série: Nascente; 2).

COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO-Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Brasília Jurídica, 2000

CURY, Isabelle (organizadora) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) **Cartas Patrimoniais**, 2ª ed.rev.aum.-Rio de Janeiro: IPHAN,2000.

DA MATTA, Roberto. **Você tem Cultura?**In: Jornal da Embratel. Edição especial, 1981.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE/ tradução: Edílson Alkmim da Cunha. 2ª edição-Brasília: Corde, 1997.

DIAS, LeciS.de Moura. **Interdisciplinaridade: em tempo de diálogo**,in:FAZENDA,Ivani(org.)**Práticas Interdisciplinares na escola**-6º edição - São Paulo: Cortez, 1999.

DURHAM, Eunice. **"A reforma da Universidade"**. Revista da Universidade, Revista da universidade de S.P., nº 4,março/1987

FERNANDES, Florestan. **Formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, XXXVI(885):227-33, JAN/MAR.1962.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis: Sua vida, Seu Povo.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1979.

FONSECA, C.L. **O Patrimônio em Processo.** Rio de Janeiro: Editora UFR / Minc - IPHAN, 1997

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre, ARTMED, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

_____. **Educação e Mudança.** São Paulo, Paz e Terra, 1989

_____. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970 b

FREITAS, Revalino A. & POLONIAL, Juscelino M. **Formação Econômica de Anápolis,** mimeo, 1988.

FREITAS, Revalino. **A Anápolis; PASSADO E PRESENTE.** Anápolis, Voga, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; Pelegrini, Sandra de Cássia A. **Patrimônio Histórico e Cultura I** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, Francisca dos Santos. **Um olhar sobre a Interdisciplinaridade.** in: Ministério da Educação. Salto para o futuro: **Um olhar sobre a escola,** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: SEED, 2000.

HAIGERT, Cynthia Gindri. **Estado da Arte sobre a Educação Patrimonial.** In: SOARES, André Luis Ramos(org). **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências.** Santa Maria: UFSSM, 2003

HIRATA, F.V; DEMERTINI,C.M.C;PEIXOTO,D.C;ELAZARI,J.M. **Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento.**Dédalo,S.P.27:11-46,1989.

HORTA, M.L.P. GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

JULIANI, Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira. **Avaliação de Impactos Ambientais de Empreendimentos Urbanísticos e Medidas Mitigadoras Aplicáveis.** in CALDERELLI, Solange Bezerra(org). **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural,** Goiânia. UCG, 1997.

LARAIA, R.de B.**Cultura: um conceito antropológico.**Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, Jaccques. **História e memória.** 2.ed.Campinas:Editora da UNICAMP,1992

LEMOS, Carlos A..**O que é Patrimônio Histórico,** 4ª edição,brasiliense,1985

LIMA, Manoel Filho; Bezerra, Márcia. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil/org-Goiania:** Alternativa, 2006.194p.

LOPES, Alice Cassimiro, Macedo Elizabeth(org). **Currículo: Debates Contemporâneo.**São Paulo: Cortez, 2002-

MEC. **Proteção E Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil.** R.J.:SPHAN/ PRÓ-Memória,1980

MINAYO, M.C.de S.. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo - Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992(cap.4).

MINAYO. M. C de Souza (org),DESLANDES,Suely F.; NETO, Otávio, C E GOMES,Romeu.**Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade -** Petrópolis,RJ:Vozes,1994

NAJJAR, Rosana, **Arqueólogos e comunidade: parceiros ou rivais.** Revista de Arqueologia Americana. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, n.21,2002.

NOGUEIRA, Oracy, **Pesquisa Sociais: Introdução as suas Técnicas**. S.P., Editora Nacional e Editora da USP, 1968

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1976.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Ensaio sobre a História de Anápolis**. Anápolis: AEE, 2000.

_____. **Anápolis nos Tempos da Ferrovia**, Associação Educativa Evangélica, 1995.

REY, F.L.G. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.

RIBEIRO, Maria L.S. **História da Educação Brasileira**. 16ªed. Campinas, SP, Editora Autores Associados, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo T. *El Currículum Oculto*. Madrid: Morata, 1995.

SACRISTAN, J.Gimeno e GOMES, A.I.Peres. **O Currículo: Os Conteúdos do Ensino ou uma Análise Prática? Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, ARMED, 2000.

SANTOS, Cecília Rodrigues-**Novas fronteiras e novos pactos para o Patrimônio Cultural**-in São Paulo em perspectiva. São Paulo, 2001

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Quem escondeu o currículo oculto**. In: **Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999: 77-152

SOARES, A.L. (org). **Educação Patrimonial: Relatos e experiências**. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003, in: **Estado da Arte sobre Educação Patrimonial**. Harger, C.G.

TRIVINÕS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. S.P., Ática, 1987

UEG-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-Pedagogia/Anápolis-1990

UEG-PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO UNIFICADO-Pedagogia-Anápolis-GO-2004.

VARINE-BOHAN, Hugo de. **A experiência internacional-notas de aulas**. São Paulo: FUUSP, 1974.

ZORTEA, Andréia de S. **Arqueologia e Pedagogia: Um Intertexto Possível sob a ótica interdisciplinar**. Coleção Arqueologia. Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v.2, p.529-540, 1995-96.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

DECRETO - LEI Nº 25/1937-IPHAN

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000-Brasília/IPHAN

LEI Nº 3924, DE 26 DE JULHO DE 1961-Brasília

LEI DE Nº 025, de 10 de julho de 1984- Prefeitura Municipal de Anápolis-GO

LEI DE Nº 1824/91 DE 03 D JANEIRO DE 1991- Prefeitura Municipal de Anápolis-GO

LEI DE Nº 2511, de 25 de agosto de 1997- Prefeitura Municipal de Anápolis-GO

LEI DE Nº 2952, de 28 de abril de 2003- Prefeitura Municipal de Anápolis-GO

LEI DE Nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005- Prefeitura Municipal de Anápolis-GO

LEI Nº 10.639/03-EDUCACIONAL

LEI Nº 5692/71 , de 11 de setembro de 1971

DECRETO Nº 22.928/33-OURO PRETO

LEI Nº 13.456, DE 18 DE ABRIL DE 1999 - GOVERNO DE GO

SITE CONSULTADO

www.unesco.org.br